

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FABRINE SARA VIA DUMMER

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA POLÍTICA TUNISIANA: O FEMINISMO
DE ESTADO NA TUNÍSIA JUNTO ÀS MULHERES NO CONTEXTO DA
REVOLUÇÃO DE JASMIM (2010-2011)**

Sant'Ana do Livramento

2022

FABRINE SARAVIA DUMMER

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA POLÍTICA TUNISIANA: O FEMINISMO
DE ESTADO NA TUNÍSIA JUNTO ÀS MULHERES NO CONTEXTO DA
REVOLUÇÃO DE JASMIM (2010-2011)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel
em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa-
UNIPAMPA.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nathaly
Silva Xavier Schütz.

Sant'Ana do Livramento

2022

FABRINE SARAVIA DUMMER

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA POLÍTICA TUNISIANA: O FEMINISMO
DE ESTADO NA TUNÍSIA JUNTO ÀS MULHERES NO CONTEXTO DA
REVOLUÇÃO DE JASMIM (2010-2011)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel
em Relações Internacionais na
Universidade Federal do Pampa –
UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 17/01/2023

Banca examinadora:

Professora Dr^a Nathaly Silva Xavier Schütz
(Orientadora)

Professora Dr^a Anna Carletti
(UNIPAMPA)

Professora Dr^a Kamilla Raquel Rizzi
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho de conclusão de curso a todas as mulheres árabes por serem exemplo de bravura, resistência e força. E a todas as mulheres que ficaram na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos Orixás e Guardiões por me permitirem seguir cumprindo com a minha missão no plano terreno, me guiando no caminho do bem, da verdade e da justiça. Por me mostrarem que a vida é bela e que sempre há uma luz no final do túnel;

À minha mãe, Maria Aurélia, por nunca ter desistido de mim, por nunca ter me abandonado em frente às mais difíceis situações, por ter acreditado em mim e em meu potencial sempre. Gratidão por ter me ensinado a ser forte, mas principalmente a tentar novamente quando tudo der errado. Agradeço por teres sido a luz quando tudo foi escuridão;

Ao meu pai, Eber Luiz, por todos os momentos de incentivo, por todos os momentos em que estive com medo e segurasse a minha mão. Gratidão por, junto a mãe, terem sido meus alicerces quando nada estava sólido o suficiente. Agradeço por todas as palavras de apoio que recebi durante toda a graduação;

À minha irmã, Laura, por sempre ter sido meu maior espelho quanto à dedicação aos estudos, por todo carinho e apoio, por mesmo de longe me confortar e incentivar a terminar a graduação. Por ter me inspirado a lutar pelo conhecimento e trilhar o caminho da educação. Por me mostrar que nem tudo é cem por cento negativo e que no final tudo vale a pena (e realmente vale a pena);

À minha avó, Ana Maria, por sempre ter sido presente em minha vida. Por me dar exemplos do que e para que lutar. Por me amar e aceitar como sou, me incentivado da maneira que podia e sabia;

À minha amiga, Maitê, por sempre ter sido minha fiel escudeira em Sant'Ana do Livramento e ter dividido um pouco da sua família comigo. Por ter sido meu porto seguro quando estava longe de casa e quando o mundo pareceu ter se fechado para mim. Por sempre ter percebido e incentivado a minha paixão pelos temas ao qual esse TCC aborda, especialmente o feminismo, Oriente Médio e África Muçulmana. Por ter ficado noites em claro ouvindo minhas preocupações e incertezas referentes a essa pesquisa;

Ao meu amigo, Rogério, por nunca ter me deixado sequer fraquejar, por muitas vezes ter cuidado de mim e me apresentado a vida universitária. Por ter sido o primeiro a fazer parte da minha família santanense. Por ter me encorajado a participar de uma das mais lindas memórias que carrego da graduação: o Projeto Pampeano. Com certeza o levo para a vida comigo;

À minha orientadora, Nathaly, por ter aceitado me guiar nesse desafio sem igual que é produzir uma pesquisa acadêmica desse porte, por ter acreditado em mim quando nem eu acreditava. Por ser um exemplo de profissional humana e dedicada. Por ser gentil e inspiradora em momentos em que eu realmente precisava disso. Gratidão pela liberdade e segurança dadas a mim durante o processo de orientação;

À professora Anna Carletti, por toda delicadeza e compreensão dadas a mim na disciplina de “Seminários Feministas” durante o período de ensino remoto. Por ter me abraçado de uma forma que poucas pessoas fizeram durante minha vida. Por ter aberto a porta da sua casa para mim diversas vezes. E principalmente por me incentivar a correr atrás dos meus sonhos;

À professora Kamilla Rizzi, por todo apoio incansável que deu a mim durante a graduação presencial e também no período remoto para que eu não abandonasse a graduação, por respeitar e entender minhas limitações momentâneas, me aconselhando a respeitar os meus limites, mas jamais abandonar um sonho;

Aos professores do curso de Relações Internacionais por todo conhecimento compartilhado;

Aos terceirizados por terem feito grande parte das manhãs serem mais leves com um sorriso de bom dia;

À Universidade Federal do Pampa por proporcionar aos seus alunos o acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Por sobreviver às inúmeras tentativas de sucateamento e se manter símbolo de inclusão em regiões menos privilegiadas, como o nosso Pampa.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos!

“Eu desejo a todos, a cada um de vocês que tenham seu motivo de indignação. Isto é preciso. Quando alguma coisa nos indigna, como fiquei indignado com o Nazismo, nos transformamos em militantes; fortes e engajados, nos unimos à corrente da história e a grande corrente da história prossegue graças a cada um de nós.”

Stéphane Hessel

RESUMO

Tendo em vista à sequência de levantes que varreu o Oriente Médio e o Norte da África, conhecida por Primavera Árabe, a Revolução de Jasmim se tornou a onda de protestos que ocorreu na Tunísia em 2010. As mulheres organizam e/ou lideram os movimentos de protesto que acabaram por resultar na deposição do ditador tunisiano Ben Ali. Dessa forma, sendo a Revolução de Jasmim um acontecimento contemporâneo, as redes sociais foram aliadas na organização dos protestos, disseminação das reivindicações e resultados da Primavera Árabe tunisiana. Ao decorrer das análises traçadas pela pesquisa, foi possível verificar que ao abordar a política tunisiana, torna-se necessário revisitar os movimentos históricos do país, bem como os momentos que antecederam a revolução em si. Ademais, o trabalho tem como propósito basilar contribuir para o campo das relações internacionais contemporâneas, interligando uma análise multirreferencial de autores e vieses para estabelecer um estudo completo sobre o crescente movimento feminista islâmico, arcabouço teórico ainda pouco explorado pela RI e as consequências provenientes da Revolução de Jasmim.

Palavras-chave: Tunísia; Feminismo Islâmico; Revolução de Jasmim.

ABSTRACT

In view of the sequence of uprisings that swept the Middle East and North Africa, known as the Arab Spring, the Jasmine Revolution became the wave of protests that took place in Tunisia in 2010. Women organize and/or lead the movements of protest that eventually resulted in the overthrow of Tunisian dictator Ben Ali. Thus, as the Jasmine Revolution is a contemporary event, social networks were allies in organizing protests, disseminating demands and the results of the Tunisian Arab Spring. During the analysis outlined by the research, it was possible to verify that when approaching Tunisian politics, it becomes necessary to revisit the country's historical movements, as well as the moments that preceded the revolution itself. In addition, the main purpose of this work is to contribute to the field of contemporary international relations, interconnecting a multi-referential analysis of authors and biases to establish a complete study on the growing Islamic feminist movement, a theoretical framework still little explored by IRs and the consequences of the Revolution of Jasmine.

Keywords: Tunisia; Islamic feminism; Jasmine Revolution.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos países tocados pela Primavera Árabe.....	44
Figura 2 – Mapa político da Tunísia.....	49
Figura 3 – Gráfico de percentagem de mulheres no parlamento durante o governo Ben Ali.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trajetória do panorama jurídico da história da Tunísia.....	60
Tabela 2 – Índice do desenvolvimento de gênero 2015.....	62
Tabela 3 – Ranking índice de desenvolvimento humano 2016.....	62
Tabela 4 - Índice de desenvolvimento de gênero 2014.....	64

LISTA DE SIGLAS

AMTPD- Associação de Mulheres Tunisianas para Pesquisa e Desenvolvimento

ATM- Associação Tunisiana das Mães

ATMD – Associação Tunisiana de Mulheres Democráticas

CCCIMCRC- Convenção sobre o Consentimento ao Casamento, Idade Mínima para o Casamento e Registro de Casamento

CCPA- Comitê Central do Partido Ali

CDC- Convenção sobre o Direito da Criança

CDE- Convenção contra a Discriminação na Educação

CDPM- Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres

CETFDCM- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher

CIRHMTTVI- Convenção sobre Igualdade de Remuneração para Homens e Mulheres Trabalhadoras por Trabalho de Valor Igual

CNMC- Convenção sobre a Nacionalidade das Mulheres Casadas

CPR- Congresso pela República

CPS- Código de Status Pessoal

CPT- Código Penal Tunisiano

CT- Constituição Tunisiana

CTN- Convenção sobre o Trabalho Noturno (Mulheres)

GDI- Gender Development Index

HDR- Human Development

IDG- Índice de Desigualdade de Gênero

IDH - Índice de Autonomia de Gênero

IDRG- Índice de Desenvolvimento Relacionado a Gênero

IU- Inter-parliamentary Union

JICA- Japan International Cooperation Agency

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RNB- Rendimento Nacional Bruto

UNMT- União Nacional das Mulheres da Tunísia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 GÊNERO E ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	17
2.1 O Liberalismo e a Teoria Feminista Liberal	18
2.2 A Teoria Feminista Islâmica	24
2.3 Feminismo de Estado	34
2.3.1 O Feminismo de Estado na Tunísia	36
3 A PRIMAVERA ÁRABE.....	434
3.1 Os Antecedentes da Revolução de Jasmim	48
3.2 A Revolução de Jasmim	50
4 AS MULHERES NA POLÍTICA TUNISIANA	56
4.1 As Mulheres Tunisianas no contexto pós-independência.....	56
4.2 As mulheres Tunisianas na Revolução de Jasmim e seus desdobramentos para o futuro	59
4.2.1 As influências da mídia digital e tecnologia na mobilização feminina na Revolução de Jasmim.....	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
GLOSSÁRIO.....	82

1 INTRODUÇÃO

Para que ocorra a igualdade de gênero na política tunisiana, é necessário que se olhe para a movimentação que o país vem sendo alvo desde o governo autoritário que controlou o Estado por décadas antes dos movimentos da Revolução de Jasmim. Desta forma, sendo a Tunísia um país islâmico e tendo o feminismo como um pilar da sua história política ao decorrer dos anos, é inevitável que ocorra choque entre os dois pilares tunisianos (LIMA, 2013).

Com o Código do Estatuto Pessoal de 1956, a Tunísia promulgou o Feminismo de Estado, tornando-se um país pioneiro e visto como progressista em meio muçulmano. Assim, a Tunísia é considerada o primeiro Estado do norte africano e Oriente Médio a colocar o direito das mulheres na legislação.

Dentre os feitos que podem ser destacados, é possível grifar os fatores vistos como mais impactantes no cenário da cultura tunisiana: proibição da poligamia, instituição do divórcio judicial com partilha de bens e estabelecimento dos 17 (dezessete) anos como a idade mínima para casar-se, em se tratando das mulheres, com seu consentimento. O Código também proibia o casamento de um homem:

Com seus ancestrais e descendentes, com suas irmãs e os descendentes até o infinito de suas irmãs e irmãos, com suas tias, tias-avós e tias-avós" e "com a mulher que ele se divorciou três vezes. (CÓDIGO DO ESTATUTO PESSOAL, 1956).

A poligamia, embora bastante marginal no período, é igualmente proibida, mesmo que a segunda união não seja "formal". Segundo o Código de Estatuto Pessoal, 1956, "[...] quem se desenvolver nos laços do matrimônio deverá contrair outro antes da dissolução da anterior, será punido com um ano de prisão e a uma multa."

Logo, na Revolução de Jasmim, a Tunísia entrou em um âmbito de instabilidade socioeconômica e política, mesmo sendo considerado um país mais avançado no Oriente Médio e expandido na perspectiva feminina. Isso não significou que ficasse isento de manifestações feministas na Revolução que levou ao fim o governo de Zine El Abidine Ben Ali em janeiro de 2011.

Assim, os levantes que deram início à Primavera Árabe começaram no ano de 2010, motivadas pelo aumento dos preços no final deste mesmo ano e pelas acusações de corrupção contra o governo de Ali, ainda o fato com o vendedor Mohammed Bouazizi deu corpo às revoltas populares.

Bouazizi era um vendedor que vendia seus produtos nas ruas de Sid Bou Zid, localidade situada no centro da Tunísia. Assim, o ato de pôr fogo no próprio corpo - considerado como autoimolação¹ - aconteceu após a apreensão da sua mercadoria em razão da suposta falta de licença necessária para venda destes objetos. Posteriormente, este fato tornou-se um dos símbolos da Revolução de Jasmim (JOFFÉ, 2011).

A Revolução de Jasmim representou o ato de descontentamento da população em relação ao governo abusivo de Ali, bem como seu fracasso econômico e a corrupção no setor privado (KIDD, 2017).

Estando no poder desde 1987, Ali não suportou por tanto tempo às pressões populares iniciadas em 04 de janeiro, logo após o falecimento de Bouazizi. Assim sendo, o atual presidente fugiu para a Arábia Saudita onde foi acolhido pela família real.

O curto espaço de tempo de resistência por parte do regime de Ali foi marcado por repressão, logo o movimento da então Revolução de Jasmim se espalhou por toda Tunísia de forma muito veloz, muito disto atribuído às redes sociais, entre elas o *Facebook*, visto como uma das principais ferramentas da Primavera Árabe (EL-MAY, 2011 *apud* LAURENTINO, 2017).

O problema de pesquisa que norteará o presente estudo é: Como as barreiras estatais tunisianas dificultaram a percepção das reivindicações femininas para que as mulheres tunisianas fossem ouvidas durante a Revolução de Jasmim?

E as hipóteses basearam-se na falta de apoio estatal e silenciamento das mulheres tunisianas durante os protestos da Revolução de Jasmim por questões de gênero ou por motivos de não cumprimento total do feminismo de Estado tunisiano apresentado no Código de Conduta Pessoal de 1956.

Desse modo, a escolha deste tema busca dar voz às mulheres que lutaram na Revolução de Jasmim e discutir acerca da vida feminina junto ao Islã e o feminismo, bem como o papel das mulheres na Tunísia e seus respectivos direitos.

¹ A autoimolação pode ser definida como o sacrifício altruísta, ou seja, o autossacrifício em prol de uma causa vista como algo “maior” ou mesmo um protesto.

É de extrema importância para as Relações Internacionais Contemporâneas, pois esta está sempre voltada às políticas que envolvem atores estatais, guerras e segurança internacional, além de buscar o entendimento do que permeia o cenário internacional no que tange às culturas, pautas sociais e manifestações que trabalham com contextos históricos. Assim sendo, tópicos como feminismo de Estado e feminismo islâmico são colocados à margem do contexto geral das Relações Internacionais.

Portanto, é necessário introduzir análises de gênero na programação de estudos das Relações Internacionais para que se possa entender o sistema como um todo, incluindo o que está nas imediações dos pontos mais recorrentes e abordados nas pesquisas na área.

Por fim, o presente estudo tem como objetivo verificar se há conexão entre a ausência de precisão na execução do feminismo de Estado tunisiano com o levante proposto pelas mulheres na Revolução de Jasmim, traçando a análise por meio de um viés multidisciplinar e focado em entender os acontecimentos através de um panorama macro.

2 GÊNERO E ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Tendo em consideração a importância do papel das mulheres na Revolução de Jasmim e a relevância de seus atos para que o levante ocorresse, assim como a referência de que estas foram as responsáveis para que os resultados que serão expostos ao decorrer do trabalho se sucederam. Entende-se como primordial analisar a teoria liberal, bem como a teoria feminista liberal, pois a partir destas, a teoria feminista islâmica pode desenvolver-se e adotar suas características únicas. Por conseguinte, para compreender o comportamento da Primavera Árabe em solo tunisiano, faz-se necessário abordar, além de ambas as teorias feministas, a trajetória antes e depois da Revolução de Jasmim.

Ainda, é de caráter essencial que os antecedentes da Primavera Árabe sejam explorados e analisados, fazendo com que se possa compreender o porquê de a Revolução de Jasmim ter despertado uma série de agitações no território da África Muçulmana e Oriente Médio. Isso posto, o primeiro capítulo tem como finalidade situar o papel de gênero da mulher dentro das teorias das relações internacionais, portanto, será analisada brevemente a teoria liberal para que se possa compreender o surgimento da teoria feminista liberal, bem como a teoria feminista islâmica e sua originalidade e diferenças em relação as teorias feministas ocidentais.

As questões de gênero sendo tratadas como masculino e feminino e as maneiras de atuar nas relações sociais de poder entre a mulher e o homem ocorrem em virtude da cultura dessas relações, e não da diferença biologicamente instaurada entre os corpos de homens e mulheres. Segundo Leite (2011):

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. Por exemplo, o fato de as mulheres, em razão da reprodução, serem tidas como mais próximas da natureza, tem sido apropriado por diferentes culturas como símbolo de sua fragilidade ou de sujeição à ordem natural, que as destinaria sempre à maternidade (LEITE, 2011).

Assim sendo, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. Ainda, pode-se apontar que a ideia do feminino ser representado como frágil vem justamente da

concepção de proximidade a natureza, visto que a fêmea tem a capacidade de gerar outra vida, fazendo com que o macho da espécie, neste caso o ser humano homem, seja responsável por manter seu lar abastecido de mantimentos e seguro de possíveis ameaças.

2.1 O Liberalismo e a Teoria Feminista Liberal

As alterações que ocorreram entre os séculos XVI e XVIII tomaram como base as concepções de mundo da época, bem como ideais e pensamentos que foram usados para que a crítica à ética católica, ao absolutismo e, sobretudo ao mercantilismo acontecesse. Ainda, tais transformações tiveram o papel de impulsionar a vinda de uma nova ideologia que viria para justificar as relações sociais, políticas e econômicas que estavam em vigor naquele momento. Essa nova convicção apoiava-se no argumento da exploração do trabalho livre, assim como na acumulação de riquezas, na não intervenção estatal nas atividades de cunho econômico e ainda na liberdade motivada por interesse privado. Dessa forma, estes preceitos seriam a estrutura do que viria a ser conhecido como pensamento econômico liberal clássico (SANTOS; ARAÚJO, 2011).

A produção da ideologia favorável à liberação das forças produtivas de trabalho e da instauração da relação de trabalho assalariado teve seu início datado no final do século XIV e tornou-se vantajosa e lucrativa durante o desenrolar do século XVI pelo movimento cultural e científico iniciado nas cidades comerciais da Itália, o Renascimento, e logo após foi-se disseminando para outros locais do continente europeu.

Assim, ao estudar a formação do método de acumulação primitiva de capital, Karl Marx pontuou que a correlação entre os cercamentos das propriedades privadas e da expansão comercial sem a alteração na perspectiva social e ideológica do mundo seria improvável. Visto que, para Marx, a utilização da violência física não velada, bem como a legislação não seriam suficientes para que tais modificações ocorressem, para tanto se fez crucial a aplicação da educação, dos costumes e da tradição para que a ligação entre os vendedores de força bruta de trabalho e os possuidores dos meios de produção ocorresse. Assim, essa ligação surgiu como uma origem lógica das leis naturais, fazendo com que as resistências

impostas pela sociedade fossem vencidas e resultando na aceitação por parte dos trabalhadores em geral (SANTOS; ARAÚJO, 2011).

Tendo como apanhado histórico os parágrafos anteriores, pode-se introduzir o pensamento econômico liberal e seu início. Mesmo que o termo *liberal* já tivesse sido utilizado em momentos anteriores ao século XVI, os princípios do liberalismo como corrente de pensamento econômico e social transcorrem meio às Revoluções Inglesas do século XVII, entretanto sua disseminação ocorreu realmente pela Europa a partir da Revolução Francesa datada de 1789, final do século XVIII (LIMA; WIHBY; FAVARO, 2008). Certamente um dos maiores pensadores do liberalismo clássico foi o inglês John Locke que expôs seus estudos e ideias na passagem dos séculos XVII para o século XVIII (SILVA, 2011).

Locke foi escritor contratualista junto a Rousseau e Hobbes. Locke (1632-1704) pode ser qualificado como teórico do individualismo do Estado bem como da construção de uma sociedade comercial pacifista. O Segundo Tratado Sobre o Governo (1688-1689) destaca acontecimentos como a constituição do Estado Moderno, bem como a ascensão da burguesia à luz da Revolução Gloriosa (1688-1689). Locke (1994) declara que há um Estado de Natureza e que a partir disso deve haver um compromisso entre os homens, assim levando a um esclarecimento entre a Sociedade Civil e o Estado Político (PECEQUILO, 2016).

Para Locke, era mais importante ter e defender a propriedade do que envolver-se no governo e no processo de decisão pública. Locke não defendia a democracia pelo único motivo de dar poder ao povo, mas também porque esse acesso da população ao poder poderia ocasionar a perda das propriedades privadas. Enquanto isso, na Europa Continental, havia o fundamento da lei natural e da vontade do povo que foram defendidas por Montesquieu (1689-1755). Já Adam Smith (1723-1790) elaborou a teoria de que os indivíduos podem construir suas vidas econômicas e morais sem serem restringidos pelas intenções do Estado (PECEQUILO, 2016).

Smith defendeu o fim da regulamentação comercial e feudal, monopólios estatais em grande escala ou comportamento semelhante, e foi considerado um grande defensor do *laissez-faire*. De acordo com este princípio, o governo não deveria ocupar um lugar na livre operação do mercado. Smith também desenvolveu uma teoria de motivação, tentando usar essa teoria para reconciliar os interesses

egoístas pessoais com o caos social (principalmente na teoria do sentimento moral de 1759).

Seu livro mais famoso, denominado *A Riqueza das Nações* (1776) é dedicado a explicar como o mercado se autorregula naturalmente por meio da agregação de decisões individuais sob certos pré-requisitos. Era o estado normal de seu tempo. Segundo ele, o governo deve limitar as atividades de defesa nacional, obras públicas e administração judicial (para evitar que os indivíduos usem a força ou a fraude para mudar a livre concorrência), financiadas por impostos baseados na receita. Para Smith, é a produção de riqueza que representa a riqueza deste país, não a quantidade total de ouro possuída por um país. Assim, o liberalismo econômico pode-se tornar, também, uma vertente social em prol das mulheres. Antes de ser considerada uma teoria feminista, o liberalismo foi usado como uma doutrina política e se concentra na existência de seres humanos como indivíduos, exceto a economia e o mercado livre, o Estado está proibido de interferir.

Enquanto isso, no Reino Unido, Mary Wollstonecraft se deparava com as primeiras ideias do feminismo e acabou se tornando profeminista, isto é, defendia valores parecidos aos princípios das atuais vertentes feministas em um momento histórico em que o termo “feminismo” e “feminista” era ainda desconhecido. Wollstonecraft inteirou-se ao assunto por meio das reivindicações de Olympia de Gouges, autora que virá a ser citada mais a frente. Mary considerou que a desigualdade existente é de cunho social e tem a ver com subordinação da mulher como pessoa. No entanto, Wollstonecraft acredita que o status de subordinação das mulheres pode ser eliminado por meio da educação. Assim escreveu a *Reivindicação dos Direitos das Mulheres* (1792) (WOLLSTONECRAFT, 1972).

A maior perda do feminino como um todo, para Engels (1995) era a intersecção entre o estabelecimento da família moderna e todos os antagonismos que envolvem a construção do Estado e por consequência da sociedade. Para Engels (1995), a grande derrota do sexo feminino estava no estabelecimento da família moderna e em todos os antagonismos que envolveram a construção do Estado e da sociedade. A monogamia fazia com que o homem tivesse poder total na família, bem como assegurar a fidelidade da mulher e logo a longevidade da genética segura do núcleo familiar. Portanto, o enclausuramento da mulher ao espaço doméstico tornou-se a segurança da patriarcalidade. A questão da

monogamia apenas para o sexo feminino foi mais uma forma de subordinação do homem para com a mulher, assim como a divisão sexual do trabalho entre os sexos masculino e feminino.

Ao exemplo da Europa Industrial, apenas o homem se fazia útil, pois a mulher era vista como um ser mais recatado e cáldo, ou seja, mais frágil e pouco renderia ao ambiente laboral (PASSOS, 2010). Todavia, ocorreu no século XVII, o envolvimento do sexo feminino nas causas protestantes. E isto fez com que a consciência cívica, da mesma maneira que a militância no ramo político, atuassem para que as mulheres pudessem participar do Parlamento Inglês e ainda expressarem suas opiniões publicamente (ABREU, 2003).

As ideologias que nasceram ou formaram-se no século XVII abalaram ambos os sexos, pois as mulheres puderam reconhecer seus direitos perante o Estado na esfera política, mas principalmente como cidadãs, influenciando diretamente os direitos civis da sociedade. Mesmo ao final do século XVIII, a realidade das mulheres pouco havia mudado em questões literais, ou seja, a mulher ainda era tratada como dependente do marido ou de algum homem da sua família. Ainda com a Revolução Francesa pouca coisa havia sido alterada, visto que o código napoleônico de 1806, do início do século XIX, manteve a mulher abaixo do masculino, mesmo tal fato sendo contra os ideais liberais da Revolução anteriormente citada (MARQUES, 2009).

Segundo Marques (2009), a relevância das relações entre homens e mulheres no setor privado ou doméstico dificultou as mudanças nesse setor, por exemplo, das ligações patriarcais legitimadas pelo casamento e seu subentendido relacionamento com a inferioridade da mulher adulta. Em locais como a Inglaterra e a França as alterações reformistas de cunho democrático não tocaram às mulheres, apenas foram favorecidas com o direito à liberdade vigiada e ao sufrágio masculino (PASSOS, 2010). Entretanto, havia mulheres que não se contentavam com a atual situação, ao exemplo de Olympia de Gouges, que alegava a favor da mulher e apresentou a *Declaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne*, inspirando outras mulheres a declarar independência e despertar espírito revolucionário. Olympia foi inflamada pelos ideais da Revolução Francesa que gritavam por igualdade, liberdade e fraternidade e expressou 17 resoluções da declaração que escreveu, sendo essas expressivas para a vitória da liberdade da mulher e um passo mais próximo da igualdade dada aos homens.

Além disso, falava que os direitos e responsabilidades deveriam ser iguais, como pagamentos de impostos e punição de delitos com o mesmo peso da lei. Assim, Gouges acordava-se com os teóricos liberais, posto isto, acreditando que o sexo feminino deveria requerer as devidas liberdades democráticas (NYE, 1995). Já na Inglaterra, a publicação de Mary Wollstonecraft, *Uma Reivindicação pelo Direito das Mulheres*, espelhava a ideia do feminismo liberal que estava nascendo como produto do próprio pensamento liberal. Wollstonecraft considerava que o mal da sociedade patriarcal estava justamente nas desigualdades sociais e na subordinação da mulher ao homem e argumentava que era possível resgatar o feminino de tal subordinação através da educação dada tal qual a dos homens, assim como ter voz no Parlamento inglês.

Na sua lógica, todo sujeito beneficiado de razão poderia opinar, decidir e, portanto, legitimar uma nova ordem social onde as mulheres não fossem submissas aos homens (ABREU, 2003). Entretanto, Mary se pergunta quem são realmente os sujeitos dotados de razão na época: claramente não são as pessoas que estão à margem da sociedade, como homens sem posse e até mesmo mulheres, por serem mulheres, visto que eram tidas como frágeis e alienadas, feitas apenas para parir.

A mulher era compreendida pela constituição imutável de sua natureza frágil, alienada e biologicamente concebida para cuidar, então, não poderia participar dos direitos democráticos. Wollstonecraft questionava em suas reflexões às restrições da mulher indefinidamente tutelada pelo pai ou irmão e depois pelo marido. A participação de Wollstonecraft em círculos de debates reformistas, na paróquia do Pastor Richard Price, fomentou influência suficiente para sua experiência intelectual como autora (MIRANDA, 2008).

Sua fala argumentava sobre a nova realidade de uma mulher ser dona de si e capaz de fazer suas próprias escolhas, ter suas vontades e responsabilizar-se por suas escolhas, mesmo que estas venham a trazer consequências. A vida de Mary a ajudou no seu pensamento militante pela emancipação moral e política da mulher. (AMARAL, 2009). A partir da experiência de mulheres como Mary e Olympia, outras mulheres participaram de assembleias revolucionárias em seus países, dando o ponto de partida a luta por igualdade entre os sexos que perdura até os dias atuais (2022). Foram implementados em tais debates pautas como a abolição da escravidão, conquista do voto, educação feminina e direito à propriedade. (PASSOS, 2010).

Com a ampliação do pensamento liberal e do novo feminismo, outras mulheres como Harriet Taylor - esposa de John Stuart Mill - entraram na onda feminista. Propriamente nesse caso, Taylor sugeriu que Mill escrevesse o ensaio *A Sujeição das Mulheres*. Segundo Nye (1995), Harriet pressupunha que faltava em algumas mulheres falta de argumentação e mais uma vez esse poder só poderia ser conquistado através da educação e que esta desse a capacidade do feminino ter oportunidades iguais às dos homens no mercado laboral.

Por conseguinte, um dos objetivos das instituições sociais e políticas é desenvolver o potencial humano para o estágio mais elevado possível. Leis e arranjos sociais devem-se à felicidade de cada indivíduo com o bem comum. Educação e a opinião pública formam o caráter humano, e devem ser usados para estabelecer a felicidade individual e, conseqüentemente, o bem de todos (NYE, 1995, p.30).

John Stuart Mill argumentava que a sociedade só poderia ser livre se sua metade, as mulheres, também fossem. Em *On Liberty*, Mill mostra uma fala em que ressalta a liberdade do indivíduo, onde este teria plena liberdade para escolher e desenvolver suas habilidades individuais. Para que isso ocorra, Stuart Mill destaca que os cidadãos e cidadãs deveriam procurar pela dignidade como seres humanos independentes, independente do gênero e sexo, assim Mill se destacou na Câmara dos Comuns pela defesa do sufrágio feminino. Infelizmente, embora o movimento de luta existisse, não fora aprovado o voto feminino. As campanhas mais modernas reivindicatórias foram inflamadas pela adição feminina no mercado de trabalho, por causa da Revolução Industrial.

Apesar dos movimentos feministas estarem intensificados, apenas com o início da Primeira Guerra Mundial o direito ao voto foi concedido à mulher. Porém, ao analisar as condições de obediência feminina, John Stuart Mill destacou que, não importa o quão comum seja, não se pode autorizar um sistema em que as mulheres estão em uma posição inferior à dos homens (PASSOS, 2010).

Portanto, acredita que a apresentação das mulheres, devido à visão tradicional da importância de sua inferioridade e incompetência, não apenas a excluem de participar da ocupação social e pública, mas em confiná-las a um ambiente familiar e doméstico.

2.2 A Teoria Feminista Islâmica

A religião Islâmica é bastante predominante no chamado mundo árabe - região que abrange parte do norte da África e o Oriente Médio - e assim consoma alguns valores e dogmas que acabam por cair sob a sociedade regional.

O Islã surgiu na metade do século VII d.C., na Península Arábica através de algumas revelações e aparições dadas ao mercador Muhammad. Tais orientações sagradas a ele determinadas foram concretizadas no Corão, livro sagrado da religião monoteísta (HAJJAMI, 2008).

Assim sendo, uma das formulações que fazem parte do Islã é o *jihadismo*. Mesmo que o termo esteja deturpado atualmente, o *jihadismo* tem como por definição atingir a fé sublime via práticas religiosas adotadas pelo Islamismo. Logo, *jihad* é todo aquele que as realiza. Há duas configurações desse conceito: o *jihad nafs* que equivale ao empenho de cada ser humano para se tornar um melhor religioso e o *jihad* na qualificação de guerra (*qital*) o qual retrata o muçulmano que faz fundamental a resistência às investidas e até mesmo ao próprio colonialismo (HAJJAMI, 2008).

Dentre todas as características internacionais importantes que o Islã acomete, uma das mais significativas é a política. O setor político é dado como imprescindível para a religião em si e sua prática, logo que alcança o aspecto de uma política exata, ou seja, justa. Não somente justa, mas também entregando soluções explicadas quando posta a frente de provações enfrentadas pela *ummah* (conjunto de seguidores do Islã; comunidade muçulmana). Assim, a *Xaria*, conjunto de perspectivas legais do Corão, é formada por normas e leis que são utilizadas para que a jurisprudência e a filosofia dos países muçulmanos sejam sustentadas. Um dos episódios de maior incomplexibilidade encontrados na *Xaria* é a referência ao casamento e ao divórcio, orientando assim o substrato legal dos países muçulmanos podendo haver divergências quanto a sua análise devido às diferentes maneiras de interpretá-la (JOHNSON; SERGIE, 2014).

Tomando como base o panorama apresentado, o fundamentalismo islâmico, que seria a recusa do que tenha origem Ocidental na incorporação das suas sociedades, teve sua eclosão nos anos antecedentes ao século XX como

reação direta a colonização feita pelos ocidentais na região. (DEMANT, 2018). Alguns exemplos da rejeição às culturas ocidentais são vistos no Pan-arabismo que foi originário da Síria ao final do século XIX, trazendo a concepção de uma identidade árabe coletiva. Há também a manifestação da Irmandade Muçulmana no Egito nos anos de 1928 e ainda a fundação do Partido *Baath*, igualmente na Síria, porém datada de 1947. E não menos importante a eclosão da Revolução Iraniana com a afirmação da República Islâmica do Irã em 1979 (DEMANT, 2018).

Consequentemente, o fundamentalismo islâmico, também conhecido por “islamismo”, desponta como oposição aos moldes modernos ocidentais e traz consigo a ideologia do nascimento de um Estado islâmico. Aqui a modernidade tem como definição de que ela não serve para alimentar a sugestão de uma emancipação sociocultural, mais precisamente ao contrário: a modernidade implica no aparecimento da exploração e dominação em cima das comunidades muçulmanas (GROSFUGUEL, 2017).

Além da modernidade e da colonização também declararem que a política e religião devem estar separadas para que haja um Estado secular que teria como função suprimir a religião em favorecimento a globalização. Já do ponto de vista islamista, há a concepção de que a colonização tenha simbolizado a ausência significativa de controle militar, político e ideológico muçulmano em suas próprias comunidades e disso se faz a objeção quanto à modernidade (DEMANT, 2018).

Todavia, ocorrem subdivisões no interior do fundamentalismo islâmico. Há grupos que intercedem a favor da criação de normas sociais e religiosas, consequentemente fazendo com que haja uma modificação nas maneiras de agir individuais. Logo, tais grupos podem estar em maior convergência a tópicos como segregação sexual ou até mesmo conduta moral. Dentre os casos mais extremistas ocorre a legitimação do emprego da violência para validar sua ideologia de domínio islâmico (ALI; LEAMAN, 2008).

Portanto, os islamistas são descritos pela interpretação irrestritamente dos documentos sagrados para que estes sejam legitimadores dos seus atos e ainda busca determinar uma ordem política islâmica com mudanças na sociedade aos seus padrões religiosos. Diante disso, o Estado se torna o centro de desejo dos fundamentalistas, visto que se trata do cerne da modernidade, bem como dos eventos internacionais (FOX; SANDLER, 2004).

Em suma, o fundamentalismo tem como objetivo bagunçar a imagem de divisão entre as entidades governamentais e religiosas e afirma que devem voltar à vivência social que existia no passado, uma vez que nesta costumava-se negar os costumes adotados de civilizações ocidentais, e ainda tem como um dos princípios básicos o regresso à Santa Lei do Islã, a *Xaria*. (LEWIS, 2002). Concomitantemente, a solicitação à religião não se limita somente à busca do retorno às interpretações literais dos escritos religiosos, mas principalmente na sustentação do discurso de que os aprendizados religiosos podem ser empregados com bastante êxito à vida política e sociedade contemporâneas.

Nesse ponto, os islamistas reportam-se de uma maneira muito mais direta às práticas corretas da religião, a ortopraxia, do que a aprendizagem da mesma, a ortodoxia (HALLIDAY, 2005). Quando se fala sobre o mundo árabe em questão é imprescindível que se leve em conta a força que o Islã tem na região e na vida pública, e por consequência, sua forte intervenção nas questões de gênero. O questionável relacionamento entre feminismo e Islã, segundo Mir-Hosseini (2004, apud Lima, 2013), tem de ser visto do ponto dos efeitos do nacionalismo e do anticolonialismo, dado que ambas as correntes falam sobre as tradições religiosas do Islã, assim sendo, podem influenciar na explicação e na interpretação das práticas religiosas.

Tal visão associa o feminismo ao Ocidente, assim, reconhece o feminismo como um projeto colonial e logo deve ser excluído do círculo social árabe (LAURENTINO, 2017). Em vista do que foi exposto, adentra-se aos pensamentos sobre o feminismo islâmico e em como esta vertente está atrelada ao contexto do mundo muçulmano e do mundo em geral. O movimento feminista ultrapassou obstáculos como o patriarcado muçulmano e revelou às mulheres o domínio de seus próprios pensamentos, fazendo com que estas obtivessem poder de fala e barganha no diálogo. Ainda é importante ressaltar a execução das lutas perante a sociedade e o ganho de direitos e liberdades. Todavia, a vertente que ocorreu dos anos de 1920 aos anos de 1980 não abraçavam todas as mulheres que se consideravam ativistas muçulmanas.

Mediante isso, os chamados feminismos seculares que coexistiam nos países muçulmanos deram espaço ao feminismo islâmico, pois este busca se adaptar às vivências religiosas de todas as mulheres. No entanto, tem em seus pilares a ideia de contestar as leituras fundamentalistas da *Xaria*, visto que essas interpretações

levam a um efeito direto e nocivo na vida das mulheres (LUGHOD-ABU, 2002). Tendo como contextualização os parágrafos acima, o mundo árabe é distribuído geograficamente entre dois continentes: África e Ásia, assim, formando uma resistente corrente islâmica devido à forte presença do Islã no local. Não há apenas uma união no linguajar, mas um pertencimento de censo religioso e orgulho da história a qual pertencem (KHALIDI, 1991 *apud* LAURENTINO, 2017).

Para que ocorra a compreensão do que é teoria feminista islâmica se faz necessário assimilar o que é o feminismo islâmico em todos os seus nuances, bem como o seu surgimento, o contexto histórico e entender a origem das pautas e demandas estudadas que surgiram enquanto essa vertente feminista era estruturada.

Assim, Margot Badran (2010) elucida de maneira compreensível o principal objeto da vertente feminista islâmica:

O feminismo islâmico está no centro de uma transformação que busca emergir dentro do Islã. Transformação e não-reforma, porque não se trata de retificar as ideias e os costumes patriarcais que nele se infiltraram, mas sim de procurar nas profundezas do Alcorão a sua mensagem de igualdade de gênero e de justiça social, de trazer esta mensagem de volta à luz da consciência e da expressão e se ajustar a ela, e em uma reviravolta radical, transformar o que há muito tempo confundimos com o Islã (BADRAN, 2010, p. 25)².

Assim, o feminismo islâmico advém de sociedades muçulmanas que necessitam de uma vertente feminista que se enquadre e entenda as dificuldades sofridas e que compreenda as demandas das mulheres muçulmanas que discordavam das principais inquietações ocidentais.

Adicional a isto, há o fato de que alguns direitos dados às mulheres por Deus há 1400 anos foram esquecidos ao decorrer da história a partir do momento em que o contato com o Ocidente se tornou mais frequente. Algumas sociedades muçulmanas foram tomadas pelo modo de viver ocidental. Dessa forma, estas sociedades acabavam por reproduzir o que receberam do Ocidente, logo acabaram por tomar para si os vícios da civilização ocidental. (AZIM, 2014). O feminismo islâmico nasceu nos países do Egito, Marrocos e Turquia, já que esses três foram os pioneiros quanto o assunto é vertente

²Le féminisme islamique est au cœur d'une transformation qui cherche à se faire jour à l'intérieur de l'islam. Transformation et non réforme, car il ne s'agit pas d'amender les idées et coutumes patriarcales qui s'y sont infiltrées, mais d'aller chercher dans les profondeurs du Coran son message d'égalité des genres et de justice sociale, de ramener ce message à la lumière de la conscience et de l'expression et d'y conformer, par un bouleversement radical, ce qu'on nous a si longtemps fait prendre pour de l'islam.

feminista islâmica. No ano de 1910, uma fração significativa da população feminina se questionava quanto à necessidade do uso do véu, as egípcias deram o início ao debate que foi reproduzido pelas mulheres tunisianas e depois esse pensamento chegou às demais localidades árabes (AHMED, 1992 apud, LIMA, 2019).

A década de 90 é definida por mostrar de maneira oficial ao mundo a existência do feminismo islâmico principalmente pela voz da marroquina Fatema Mernissi. Mernissi influenciou dezenas de feministas islâmicas com a sua obra *“Women and Islam: a Historical and Theological Enquiry”* de 1991 (MERNISSI, 1991 apud FRANCO, 2016). Logo, ao decorrer do século XX se sucedeu um aumento do ativismo feminino muçulmano e assim se passa a almejar o reconhecimento dada a importância da discussão de gênero dentro da construção de uma sociedade mais igualitária e justa (AHMED, 1992).

Segundo Hjjami (2008), as crenças que estabeleceram os suportes das relações sociais dentro do Islã ratificam o movimento feminista como político-ideológico. Assim, a autora salienta:

A igualdade dos seres humanos supõe a abolição de todo tipo de dominação ou de discriminação por sexo, raça, cor, riqueza ou classe, e cada ser humano é valorizado apenas por sua compaixão e boas ações; a diversidade dos seres humanos é uma fonte de paz e de enriquecimento, geradora de respeito pelo outro e de não violência contra eles, uma vez que lhes é recomendado estabelecer reconhecimento mútuo, no sentido intelectual e espiritual do termo; os seres humanos, enquanto representantes de Deus na terra, são iguais em sua responsabilidade pela vida na terra, o respeito pelas outras criaturas e a preservação do ambiente (HAIJAM, 2008: 5).

Azza Karam (1998) apud Shaiki (2003), fala sobre tais questões ao resumir uma das poucas adversidades no uso do discurso feminista no mundo árabe justamente pela apropriação ocidental ser vista como algo nefasto e antinatural a sociedade árabe:

O termo "feminismo" (...) nas sociedades muçulmanas árabes pós-coloniais é contaminado, impuro e fortemente impregnado de estereótipos. Alguns desses estereótipos são que o feminismo representa basicamente a inimizade entre homens e mulheres, bem como um apelo à imoralidade na forma de promiscuidade sexual para as mulheres (...) algumas personalidades religiosas (...) associaram o feminismo a estratégias colonialistas para minar a Cultura social e religiosa nativa (SHAIK, 2003, p.149.)

Segundo Shaikh (2003), devido aos motivos supracitados, torna-se complicado expor questões de gêneros de maneira franca. Muitos islamitas

enxergam as questões feministas do Ocidente como deturpadores do Islã. Com o passar dos anos, o movimento feminista cobriu diferentes perspectivas do feminismo. Todavia, o feminismo Ocidental domina e tem uma reputação maior na mídia e na academia. O movimento feminista no Islã tem se tornado cada vez mais proeminente nos três estágios chamados de onda feminista. Isto posto, as teóricas da vertente feminista islâmica sugerem como contraponto a marginalização do feminismo a utilização dos textos corânicos, bem como de sua leitura positiva, para que seja possível edificar a base central da corrente. Para tanto, Badran nos fala de um meio pragmático e objetivo para que ocorra essa proposta:

Essas pesquisadoras realizaram, então, uma releitura do Alcorão e dos atos e palavras do Profeta (*ahadith*), bem como uma nova reflexão sobre a jurisprudência islâmica (*fiqh*). As mais importantes, considerando a qualidade e influência de seus trabalhos, são geralmente médicas ou professoras de uma ampla variedade de disciplinas, incluindo a teologia muçulmana. Eles se veem como estudiosas do Islã envolvidas em um trabalho de revisão ou de reforma (BADRAN, 2010, p.31).

Mas ainda assim há bastante divergência entre os simpáticos ao feminismo e os conservadores. Segundo Shaikh (2003), as recriminações do mundo árabe contra o feminismo se devem em decorrência ao feminismo imperial, onde seguidores dos impérios, principalmente do Império Britânico, visto que este império atacava vilas e cidades árabes justificando os ataques políticos à religião islâmica e ao modo como viviam os muçulmanos, se tratando então de uma missão civilizadora para libertar as mulheres que eram oprimidas pela religião islâmica. O cenário ainda é o mesmo no século XXI, mas com a perspectiva do “11 de setembro” (LAURENTINO, 2017).

O rancor do mundo árabe às correntes feministas desconsidera muitas das pautas importantes destas vertentes, como a diversificação do movimento feminista e a crítica ao intercâmbio entre as diferentes correntes que compõem o movimento. Como as grandes teorias das vertentes feministas vêm de mulheres brancas e muitas outras dos centros privilegiados da Europa e da América, as mulheres árabes criticaram fortemente a força dominante do feminismo ocidental. Os críticos apontam que cada mulher terá problemas e problemas diferentes com base em sua localização e experiência cultural.

Portanto, suas perguntas requerem respostas particulares em vez de respostas gerais. Shaikh (2003) diz que muitas do sexo feminino do dito Terceiro Mundo teriam alegado que embora o feminismo ocidental representasse a

maioria da realidade feminina eurocêntrica, as mulheres que se consideram feministas euro-americanas assumiram que poderiam falar pelas experiências gerais de todas as mulheres.

Assim, antes da disseminação do feminismo ocidental, as mulheres árabes desenvolveram seu próprio movimento feminista. É preciso ressaltar que o feminismo difundido no mundo árabe é diverso, o que permite classificá-lo de acordo com sua particularidade. O escopo do feminismo árabe varia das formas de expressão mais "tradicionais", mesmo se recusando a usar o termo "feminismo", há movimentos semelhantes ao feminismo ocidental.

Segundo Margot Badran (2009), há três momentos difíceis do feminismo no mundo árabe. O primeiro se classifica como feminismo invisível, onde há uma crítica de papéis de gênero, especialmente no Egito, do início de 1860 até 1920. Também há a época do ativismo social, no Egito entre 1920-1950, no Líbano, Iraque e Síria 1930-1940 e no Sudão 1950. Representando um progresso dos movimentos feministas concentrados nos direitos das mulheres muçulmanas. E por último o que dura até os dias atuais, o feminismo ressurgente (BADRAN, 2009).

Lima (2013) conta que foi apenas na década de 1880 que houve o surgimento da consciência feminista nas sociedades muçulmanas e árabes. Porém, apenas no ano de 1920, no Egito, com Huda Sha"rawi, que a corrente feminista tornou-se independente, tendo como agenda a luta pelo direito das mulheres e pelo fim da dominação sexista. A partir de 1990, nasceu o feminismo chamado ativismo de gênero, posteriormente chamado de feminismo islâmico, assim intitulado por Margot Badran. O feminismo islâmico faz parte da produção teórica muçulmana (LIMA, 2013).

Margot Badran (2009), explica que a fala feminista islâmica diz que o Alcorão prega o princípio de igualdade a todos os indivíduos e a todos os seres humanos, todavia, que esta foi vedada por questões patriarcais. *Fiqh*, a jurisprudência islâmica, fortemente enraizada com as questões patriarcais fazem com que estas formulações da jurisprudência dêem base à *Xaria* contemporânea (BADRAN, 2009).

Segundo Lima (2013), "o feminismo islâmico é um movimento que se autodefine por objetivar a recuperação da ideia de *ummah* (comunidade muçulmana) como um espaço compartilhado entre homens e mulheres." O

movimento político e religioso conhecido explicitamente como feminismo islâmico existe nos países muçulmanos e na diáspora. Ainda se mostra que outro ponto levantado pela metodologia feminista é a busca por uma expressão analítica do discurso da libertação e justiça das mulheres. A principal fonte dessa estrutura é a prática do *tafsir* - o comentário do Alcorão. Da mesma forma, a jurisprudência *hadith* e *faqih*-islâmica são usadas como fontes de interpretação.

A vertente islâmica do feminismo vem se tornando estável desde os anos 1990 e mesmo com o seu fortalecimento as críticas das teóricas feministas ortodoxas - que absorve a exposição do feminismo árabe secular - e do setor mais conservador do Islã. Garcia (2010) nos diz que as mulheres feministas ocidentais declararam que o modo como as mulheres muçulmanas estruturam suas pautas e reivindicações visando moldá-las a sua religiosidade é completamente antagônico à proposta de libertação das mulheres.

É bastante claro que dentro das vertentes feministas há diversas questões em desacordo, todavia é necessário apontar que essas perspectivas, mesmo que diferentes, partilham da mesma luta, ou seja, ambas as vertentes lutam pela emancipação e dignidade feminina (LAMBERT, 2010). A figura da mulher árabe agrupa dois pontos que ajudam a construir a soma das estereotipizações da imagem feminina árabe perante o Ocidente e em meio aos próprios Estados islâmicos. A ideia de uma mulher submissa, acoplada inflexivelmente a uma religião e igualmente a costumes opressores configura a visão geral da sociedade ocidental acerca da mulher árabe (GARCIA, 2010).

A imagem da mulher árabe reúne duas forças que constroem a moldura de uma série de estereótipos do Ocidente, e dentro dos próprios Estados islâmicos. O estereótipo da mulher submissa, amarrada a uma religião e a costumes que a oprime, parece ser a opinião geral do Ocidente (GARCÍA, 2010). Logo, estas feministas, segundo Garcia (2010), são o núcleo de um debate acalorado e global acerca da polêmica função das mulheres dentro dos ambientes religiosos e sociais, bem como sobre sua opinião a respeito das tradições somadas à modernidade no mundo árabe.

É bem verdade que além de todas as discussões e divergências encontradas entre os feminismos, há uma importante ascensão bastante genuína sobre a consciência feminina muçulmana e esta procura, em muitos

Estados, questionar a ordem social tradicional, mesmo não estando de acordo a um protótipo, sendo ele ocidental ou oriental (LAMRABET, 2010).

Portanto, esse feminismo que surge em paralelo com as práticas fundamentalistas do Islão já citadas anteriormente defende que há uma construção social e histórica da subjugação do feminino no mundo islâmico, e que o Islão é um dos principais impulsionadores, pois dificulta a integração das mulheres no mundo islâmico. A sociedade começa a batalhar por direitos e liberdades justos (MOGHISSI, 1999).

A discussão tangencial do feminismo islâmico é parcialmente inspirada por sociedades seculares que buscam igualdade de gênero e liberdade no vestir. No entanto, esse feminismo contrasta fortemente com o feminismo ocidental, pois possui características e premissas diferentes na época e ainda hoje que não correspondem à realidade das mulheres muçulmanas. Através do feminismo contra os princípios seculares, ou seja, contra o discurso baseado no discurso religioso, o feminismo islâmico acabou sendo marginalizado pelo Ocidente, ilegítimo segundo seus preceitos (FRANCO, 2016). Grande parte dos movimentos feministas globais associam a religião à principal causa para que a submissão das mulheres exista (FRANCO, 2016).

No entanto, grupos de mulheres que professam o islamismo e o feminismo islâmico voltaram a esse discurso, dizendo que seu principal objetivo é reinterpretar e reler escritos religiosos como o Alcorão, *Xaria* e *Hadith*, que usam para enfatizar a religião não é patriarcal e opressiva, mas o problema é uma cultura de preconceito profundamente arraigada que mantém as mulheres muçulmanas em uma posição de inferioridade (TREACHER, 2003).

A reinterpretação e releitura a que se referem são baseadas nas premissas islâmicas de *ijtihad* (interpretação por juristas para produzir uma interpretação racional das fontes religiosas islâmicas), *tafsir* (interpretação crítica do Alcorão), *hadith* (sobre o profeta Maomé) e *fiqh* (jurisprudência islâmica) (LIMA, 2017).

Uma reinterpretação dessas fontes divinas é necessária porque, por exemplo, as prescrições do Alcorão são derivadas e seus significados simplificados. Na época do Apocalipse, além de garantir a igualdade para todos (no caso do Islã), havia muitos ensinamentos e orientações que promoviam a libertação social. Com o tempo, os intérpretes das escrituras sagradas

distorceram os regulamentos, incluindo casos de poligamia, divórcio e herança, exemplos dos quais podem ser reproduzidos a partir do *hadith* (HAJJAMI, 2008).

Dessa forma, o feminismo islâmico gerou muita discussão não apenas no Ocidente, mas também no próprio mundo muçulmano. Por ser derivado de um conceito ocidental, tem conotações de transformação não encontradas facilmente no Islã e é refutada por grupos mais extremistas. Entretanto, ainda existe um grupo dentro da sociedade muçulmana que não legitima o movimento feminista, essas mulheres estão em grande maioria na parcela que defende que o Islã não propaga a ideologia de submissão entre gêneros (ALI; LEAMAN, 2008).

Embora a interpretação do Alcorão determine sua especificidade e o torne amplo em termos da diversidade de análise e das formas como a religião é aceita pela sociedade, o Ocidente tende a analisá-lo como uniforme e previsível. No entanto, o ideal não é olhar apenas pela lente ocidental e padronizar seu comportamento, movimentos, culturas, costumes e política, isso se estende ao feminismo islâmico, movimento de igual complexidade que cada sociedade procura da sua maneira assegurar e garantir o alcance da equidade (FRANCO, 2016).

Dessa forma, a perspectiva pós-colonial visa diversificar o conceito e revelar que os movimentos e formas de pensar são diferentes pela natureza de cada sociedade e que isso não os prejudica, essa visão surgiu após o questionamento de países que já foram colônias europeias acerca do tema, do ponto de vista conceitual, procura mostrar que essas hegemonias pressupõem que esses países são inferiores para impor valores e costumes nacionais a eles a essas nações estrangeiras (ELÍBIO; ALMEIDA; LIMA, 2013).

Em síntese, trata-se o feminismo islâmico como algo novo, por mais que tenha suas origens nos séculos passados, todavia a vertente é considerada contemporânea pelo seu aceitamento dentro da sociedade muçulmana estar se dando nos meados do século XXI, ainda pode-se apontar que o feminismo islâmico soma opiniões controversas dentro da própria comunidade feminina muçulmana.

É conclusivo que o apoderamento da consciência feminina veio a receber maior destaque com o início da Primavera Árabe, no ano de 2010, onde a atuação ativa das mulheres proporcionou maior empoderamento político e social

nas revoltas árabes. Por conseguinte, o capítulo a seguir desenvolve a questão da Primavera Árabe juntamente aos seus antecedentes e a Revolução de Jasmim, ocorrida na Tunísia dando enfoque a importância do desempenho feminino nas reivindicações e lutas pertinentes ao setor feminista.

2.3 Feminismo de Estado

O feminismo quando entendido como movimento social de emancipação feminina fala sobre a liberdade e igualdade das mulheres em relação aos homens, todavia para que as questões que oprimem as mulheres diariamente sejam superadas, o Estado precisa arcar com sua parcela de responsabilidade.

Dessa forma, o Estado necessita ser cobrado para além de políticas públicas e sociais, mesmo que estas não possam ser desqualificadas de sua importância, pois o sistema patriarcal-capitalista colabora para que haja certa resistência da sociedade acerca das reivindicações afirmadas pelo movimento feminista. Posto isso, o feminismo vem tomando destaque nos movimentos sociais e revoluções que tomam o globo. A partir de 1789, na França, com a Revolução Francesa, o movimento feminista está se tornando cada vez mais sólido e popular, visto que as mulheres francesas no século XVIII questionaram o *status quo* em que o corpo social francês se encontrava.

Ainda, as mulheres foram responsáveis por certa agitação em relação aos lemas da revolução estarem ligados exclusivamente aos homens ricos e alfabetizados, fazendo com que as mulheres fossem deixadas de lado quanto à liberdade, igualdade e fraternidade (CISNE; GURGEL, 2008). Desse momento em diante, mesmo que em conjunturas diferentes, o feminismo começou a ser visto como movimento e como ponto central de organização de ações que ocupassem o cenário público, tornando as reivindicações de luta defendidas pelas mulheres conhecidas.

Grande parte das exigências feitas pelo feminismo estavam ligadas a contestação dos pilares que sustentavam a história do patriarcado ao decorrer dos anos, pois a relação de domínio e exploração das quais as mulheres eram submetidas estava diretamente relacionada ao sistema patriarcal (CISNE; GURGEL, 2008). Segundo Cisne e Gurgel (2008), o feminismo passa a ser um sujeito político e assim instigando camadas da sociedade para que árduas críticas fossem feitas aos componentes da ordem capitalista e patriarcal. O

embate entre ideologias normativas que fomentavam os valores da comunidade, bem como Estado, família e igreja foram expostos como o berço de comportamentos preconceituosos e fundamentados na diferença natural entre o feminino e o masculino.

Por conseguinte, o feminismo foi levantando questões que trouxeram certo desconforto ao sistema capitalista, pois a luta feminista não estava somente conectada aos interesses e direitos da mulher, mas também em contestações a família monogâmica do núcleo burguês e explorações de trabalho e isto afrontava indiretamente o capital.

Dessa forma, Mészáros (2002) sinaliza que a consolidação das lutas feministas estava despertando sensações incômodas na conjuntura rígida do sistema patriarcal e capitalista:

[...] é significativo que, estando a liberação das mulheres centrada na questão da igualdade substantiva, uma grande causa histórica entra em movimento, sem encontrar saídas para sua realização dentro dos limites do sistema do capital. A causa da emancipação e da igualdade das mulheres envolve os processos e instituições mais importantes de toda a ordem sociometabólica (MÉSZÁROS, 2002, p. 307).

O movimento feminista busca reivindicar o desmonte do sistema atual para que um novo seja criado, onde possa ser construído com liberdade e igualdade social. Logo, quando agente da luta social, o feminismo vem lutando com alguns impasses políticos, pois estes dilemas requerem do movimento certa reflexão acerca da intervenção na sociedade. Dessa forma, deve-se avaliar corretamente a historicidade referente a cada época estudada e também optar por utilizar uma análise crítica para que possa ser validado como representante coletivo das mulheres. Ao exemplo do impasse citado acima temos as questões relacionadas ao feminismo e o Estado. O debate entre esses dois pólos se torna complexa, pois em certas circunstâncias o feminismo e o Estado estão em lados opostos.

Assim, um dos primeiros obstáculos para que as reivindicações feministas sejam alcançadas é permanecer em situação de autonomia à frente das estruturas sociais, patriarcais e capitalistas, pois tais mecanismos representam a possibilidade da existência da submissão e subjugação da mulher na sociedade. E esse combate só ocorre porque as políticas feministas bem como suas exigências de luta têm como primeiro estágio de destinatário o governo, visto que são essas estruturas governamentais que formulam e executam as políticas públicas. (CISNE; GURGEL, 2008).

Ainda, dentro dessa problemática, há a necessidade de entendimento do porquê de haver reivindicações políticas e sociais por parte do governo e seus executores. A compreensão se faz necessária para que o desenvolvimento da autodeterminação das mulheres continue existindo e, por conseguinte, evoluindo.

Também é importante que o Estado compreenda que, como já exposto anteriormente, a libertação da mulher perante a comunidade é relacionada à construção de uma nova sociedade pautada em diferentes valores, entre eles a igualdade de gênero.

2.3.1 O Feminismo de Estado na Tunísia

Como visto anteriormente, o feminismo encontra um solo fértil durante processos de revoluções e levantes. Dessa forma, no contexto da Primavera Árabe, o feminismo também ganhou forças na região da Tunísia. Segundo Antonakis-Nashif (2013), enquanto ocorria a Primavera Árabe, diversos núcleos de pessoas se uniram em prol de uma causa. Não-muçulmanos, muçulmanos, árabes e não-árabes fizeram com que as capitais dos países atingidos pela Primavera Árabe se tornassem referência ao falar do conflito.

Da mesma forma em que é bastante comum ver no Ocidente apenas homens ocupando a maioria dos cargos públicos, no mundo árabe também ocorre essa discrepância de gênero na esfera pública, todavia, foi durante a Primavera Árabe que as mulheres foram às ruas e reivindicaram lado a lado aos homens por seus direitos, fazendo com que a história da mulher começasse a ser reescrita a partir daquele momento (MERRILL, 2015 apud LAURENTINO, 2017).

Um dos mais notáveis exemplos da mobilização feminina durante os protestos da Primavera Árabe foi a Tunísia. Fidh (2012, p. 9), fala que: ao longo da revolução tunisiana, as mulheres e os homens eram iguais. As mulheres de todas as idades e de todos os setores da vida participaram de greves e manifestações.

Contudo, o governo de Ben Ali repreendeu todo tipo de manifestação e as mulheres foram vítimas da violência policial, sendo submetidas a assédio sexual e também a estupro. Um dos casos mais emblemáticos de violência sexual sofrida pelas mulheres tunisianas é o estupro de garotas de Kasserine e Thela ocorrido nos dias 11 e 12 de 2012, feito por homens da força especial de Ben Ali. Ainda, houve repercussão sobre o estupro de diversas manifestantes que estava detida no

Ministério do Interior nos dias de 14 e 15 de janeiro do mesmo ano (FIDH, 2012).

Mesmo que a luta das mulheres em território tunisiano só tenha ficado conhecida durante a Primavera Árabe, as mulheres tunisianas lutando por seus direitos e oportunidades são figuras recorrentes na história do país, tanto no ambiente privado quanto público. No período pós-colonial da Tunísia, diversas cidadãs ergueram seus punhos para que seus apelos contra a violência e governos ditatoriais fossem ouvidos, somado a isso, as mulheres também sofreram com severas represálias advindas das normas tradicionais e religiosas do país, visto que grande parte desses princípios excluem o papel da mulher no âmbito público (DANIELE, 2014).

Dito isso, se entende necessário que para a total compreensão das reivindicações em prol das mulheres que ocorreram na Revolução Jasmim é primordial que se retorne a década de 50, época na qual a Tunísia se tornou independente da França em 1956, também instaurou uma nova constituição a qual foi adotada no ano de 1959 (KIDD, 2017).

A partir de então, a primeira constituição tunisiana pós-independência tem um papel bastante significativo para as demandas femininas. Um dos principais representantes do movimento pró-independência e primeiro presidente da Tunísia, Habib Bourguiba, adotou inúmeras reformas em favor do direito das mulheres, bem como da família (BALIAMOUNE, 2011). No ano de 1956, antes mesmo que ocorresse a constituinte, a República da Tunísia proclamou o Código de Status Pessoal (CPS), sendo este um englobado de leis que regulamentavam o casamento, divórcio, custódia e herança. Mounira Charrad (1997) expõe que o CPS inovou em diversos aspectos:

O CPS reformou o casamento, o divórcio, a custódia e, até certo ponto, a herança. Em todas essas dimensões, expandiu os direitos das mulheres, erradicando alguns dos acordos mais patriarcais da Shari'a. Ele aboliu a poligamia, eliminou o direito do marido de repudiar sua esposa, permitiu que as mulheres pedissem divórcio e aumentassem os direitos de custódia da mulher. Além disso, ocorreu uma mudança interessante no véu em meados da década de 1950. Em 1929, Bourguiba sustentou que o véu constituía a identidade tunisina e um símbolo de suas tradições. No entanto, depois que Bourguiba se tornou presidente, ele caracterizou o véu como um "pano odioso" e "um fardo terrível". (CHARRAD, 1997, p. 294-95 *apud* BALIAMOUNE, 2011, p.4.)

Quando se olha para o passado, pode-se perceber que os direitos das mulheres e suas políticas eram limitadas ao planejamento familiar, questões como a regulamentação do casamento e ainda tópicos que fossem ligados à

educação. Um ponto bastante drástico do ponto de vista das interpretações das leis islâmicas foi a mudança na poligamia, tornando-a ilegal (MERRIL, 2016). Ainda, outras atitudes foram categorizadas como revolucionárias para a época e também para aquela região, como por exemplo, a anulação de leis que restringiam a importação e venda de métodos contraceptivos em 1961, e também a legalização do aborto em 1965 (CHAMBERS e CUMMINGS, 2014).

Mesmo que tais políticas sejam a favor das mulheres, elas não eram regidas por mulheres, sejam em grupo ou não. Assim, pode-se perceber que não ocorreu uma influência de forma considerável do movimento feminista na esfera política (DANIELE, 2014). A contar do momento que Bourguiba implementou suas reformas, a terminologia “feminismo de Estado” também conhecido por “feminismo institucional”, tem sido utilizada como um instrumento do governo para que haja a promoção da igualdade de gênero e os direitos das mulheres sejam difundidos.

Todavia, essas manobras são feitas de forma limitada, fazendo com que ativistas do feminismo e feministas independentes colocassem sua visão em comparação ao modo de ver e agir do governo e assim produzindo uma forte opressão sobre as ativistas dos direitos das mulheres (MHADHBI, 2012).

Posto isso, Iqbal Al Gharbi (2013, apud DANIELE, 2014, p.19) ressalta que o feminismo na Tunísia é bastante enraizado:

Poderíamos considerar o contexto tunisino como uma exceção; e fato, o que foi definido como "feminismo de Estado" alcançou uma ampla melhoria dos direitos das mulheres e da igualdade entre mulheres e homens. A tradição feminista na Tunísia é muito enraizada. Embora, por um lado, tal tipo de feminismo institucionalizado tenha sido promovido, por outro lado, as mulheres ativistas tiveram que lutar fortemente contra a ditadura em que era proibida qualquer forma de liberdade (AL GHARBI, 2013 apud DANIELE, 2014, p.19).

Gaharbi (2013 apud DANIELE, 2014) declara que tais políticas ajudaram de forma bastante significativa a diminuição da desigualdade de gênero na Tunísia e que foram sementes plantadas em um terreno fértil para que no futuro a emancipação feminina, bem como o empoderamento pudessem ser frutos a serem colhidos nos países árabes e muçulmanos e Bourguiba foi intitulado como “o libertador das mulheres tunisianas.”

Por outro lado, Bourguiba proibiu que outras formas de liderança política se manifestassem e dessa forma ele impossibilitou que mulheres organizadas politicamente lutassem de forma legítima por mais autonomia no país. Enquanto

Bourguiba estava no poder, todo pronunciamento oficial feito por alguma mulher era realizado por mulheres filiadas ao seu partido, Neo-Destour. Pouco se sabe acerca de novos grupos do movimento feministas independentes que surgiram nessa época. É sabido que movimentos como o Clube Tahar Haddad, Associação Tunisiana de Mulheres Democráticas (ATMD) e a Associação das Mulheres da Tunísia para Pesquisa e Desenvolvimento (AMTPD) foram classificados como adversários ao grupo que fazia parte do governo, União Nacional das Mulheres da Tunísia (UNMT) (MHADHBI, 2012).

Mesmo com as crescentes dificuldades encontradas pelos movimentos feministas independentes, esses grupos conseguiram fazer com que suas contribuições fossem de bastante relevância no final da década de 80, quando o Clube Tahar Haddad foi criado. Essa instituição elencou debates de valor crítico acerca do ponto de vista das mulheres, englobando assuntos como a legislação de Estatuto tunisiano sobre as mulheres e sobre a colaboração do feminino na força laboral (BELIAMOUNE, 2011).

Mesmo com a forte oposição do governo a movimentos independentes, o grupo ATMD e a AMTPD foram criadas em 1982 e em 1986, respectivamente e esses grupos não foram institucionalizados até que Bourguiba morresse. Mesmo que os movimentos possuíssem interesses individuais como o ATMD ser voltado ao ativismo político e social e o AMTPD a pesquisa, ambos se mantiveram unidos e trabalharam juntos visando uma maior abertura do governo para dialogar acerca das suas reivindicações (DANIELE, 2016).

Torna-se explícito a repressão que o governo arquitetava a movimentos feministas quando se analisa o caso da UNMT, mesmo sendo em esfera do partido Neo-Destur. Radhia Haddad foi líder do movimento UNMT de 1958 a 1972 e também era sobrinha de Bourguiba, sendo indicada pelo mesmo para que assumisse o cargo de liderança. Radhia fez algumas sugestões de mudança para o CPS, todavia essas solicitações não foram acatadas por Bourguiba. Em represália ao ato do tio, Haddad escolheu por fim se unir ao setor liberal do mesmo partido, sendo esta ala chefiada por Ahmed Mestiri, rival direto do atual presidente. A conclusão desta escolha feita por Radhia foi a dispensa do cargo de líder do UNMT, ainda, Haddad foi processada e teve seu passaporte cassado (EL MASRI, 2015). Daniele (2016) aponta que uma das manobras utilizadas pelo governo tunisiano para que a Tunísia fosse inserida na comunidade internacional,

em particular aos países ocidentais, foi a utilização de avanço na política e direito para as mulheres. Visto isso, na pós-independência da Tunísia, o Estado tunisiano ratificou inúmeras convenções de cunho internacional ligadas aos direitos humanos, bem como aos direitos das mulheres.

Dentre as principais convenções ratificadas ao sistema tunisiano, pode-se destacar: Convenções de direitos da mulher; Convenção Universal da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1956); Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres (1967); Convenção sobre a Nacionalidade das Mulheres Casadas (1967); Convenção sobre o consentimento ao casamento, idade mínima para casamento e registro de casamento (1967); Convenção contra a Discriminação na Educação (1969); Convenção sobre o Trabalho Noturno (Mulheres) (1957 e 1992); Convenção sobre Igualdade de Remuneração para Homens e Mulheres Trabalhadoras por Trabalho de Valor Igual (1967); A convenção OTT sobre igualdade de pagamento para o mesmo trabalho entre mão-de-obra masculina e feminina (1968); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1985); Convenção sobre os Direitos da Criança (1991). (CHAMBERS; CUMMING, 2014).

Dessa forma, esses avanços relacionados à igualdade de gênero foram tratados como moeda de barganha entre a Tunísia e as relações com países ocidentais, visto que tais convenções trouxeram a imagem de um país comprometido na construção de uma sociedade moderna atrelada a uma economia forte. A repressão da Tunísia à liberdade de expressão e a repressão à oposição política há muito prejudicaram a imagem do país no exterior. O status das mulheres estava sendo tratado como uma área onde a Tunísia podia reivindicar sua singularidade durante os dois governos de Bourguiba e Ben Ali. Esse modelo de propaganda trouxe resultados positivos para um país que tem uma forte reputação associada às ditaduras religiosas ou monarquias militares na região. (BESSIS, 1999).

Segundo Bessis (1999), sempre que a Tunísia vinha a ser relacionada ao autoritarismo, uma luz amarela significando atenção era acesa no governo, visto que tais associações não eram vistas com bons olhos pelos outros países. Dessa forma, lançavam-se campanhas para divulgar os avanços da Tunísia em relação à situação das mulheres. Uma das situações apontadas por Bessis (1999), é o evento "Dia da Mulher Tunisina" ocorrido em Paris, na data de 9 (nove) de

fevereiro de 1994, com o *slogan* "*Une modernité assumée, la Tunisie*", um retorno do governo tunisiano a uma ação dirigida pela Anistia Internacional que visava condenar as violações aos direitos humanos advindos de cidadãos islâmicos tunisianos.

Durante a visita oficial de Ben Ali à França em outubro de 1997, partidários do regime tunisiano também citaram a condição das mulheres, ignorando críticas de grupos de direitos humanos que questionavam se o regime tunisiano estava encobrindo o déficit democrático por convicção ou necessidade política. (BESSIS, 1999). O programa de incentivo à participação das mulheres na política, introduzido por Ben Ali, na década de 1990, ampliou as oportunidades de participação política das mulheres, no entanto, a opressão sob os movimentos feministas continuou sob o regime. Durante seu governo, Ben Ali ampliou as medidas repressivas do regime por meio de um aparato policial que estava acostumado a intimidar, assediar e punir cidadãos que divergissem do seu governo, e ainda infiltrar-se em organizações da sociedade civil. Somado a isso, uma rede de vigilância e controle, incluindo censura na internet, foi estabelecida para limitar a capacidade da oposição de criticar o regime (EL MASRI, 2015).

O estatuto da mulher continuava a ser usado como uma representação da modernidade tunisina em oposição ao resto do mundo árabe. As instituições de mulheres financiadas pelo Estado, como a Associação Tunisiana de Mães, criada por Saida Agrebi, membro do Comitê Central do Partido Ali e amiga da primeira-dama, participou da reunião como representante oficial de todas as mulheres tunisianas (MHADHBI, 2012).

No ano de 1989, Mahadhi (2012) aponta o surgimento de diversos novos movimentos defendendo a pauta feminina, e estes poderiam ser admitidos pelo governo desde que fossem consistentes com seus ideais. Toda referência à discriminação foi interpretada como rebelião sem justificativa e como abalo ao *status quo*. Ainda assim, algumas ativistas feministas empenharam-se para divulgar informações alternativas sobre seus direitos sob a lei, destacando a discrepância entre os direitos previstos na legislação às mulheres tunisianas e a realidade. Esse grupo de mulheres que optaram por lutar pelos seus direitos de forma independente ao governo foram consideradas uma ameaça nacional, visto que perturbavam o regime. É evidente que a implementação do feminismo estatal na Tunísia angariou diversos benefícios às cidadãs tunisianas, todavia, tais

atitudes trouxeram certas problemáticas consigo. Mhadhbi (2012), ressalta:

(...) feminismo estatal é essencialmente a exploração governamental sistemática e explícita da causa feminista por razões políticas estreitamente ligadas ao aprimoramento da imagem, prestígio e sustentabilidade ideológica do regime autocrático. O Estado "feminista" assume o reconhecimento dos direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero através de mecanismos legislativos e executivos. Neste contexto, supõe-se que não há necessidade de um movimento feminista existir em oposição ao Estado e onde os movimentos feministas existem, eles devem agir de acordo com as prioridades políticas do Estado (MHADHBI, 2012)

É visto que para que as mulheres tunisianas obtivessem uma assistência melhor, bem como uma completa resolução das suas demandas, seria essencial a abertura de um setor que permitisse a participação das mulheres no âmbito político, para que então a legislação pudesse ser criada por mulheres e para mulheres. Dessa forma, as reivindicações dos movimentos feministas poderiam ser levadas ao setor governamental e assim, o modelo de governo instaurado por Bourguiba. Dentre as muitas preocupações entre as mulheres tunisianas que participaram do movimento revolucionário, estava a alarmante porcentagem de mulheres desempregadas e ainda eram afetadas diretamente pela lei da herança, visto que esta lei priorizava o recebimento da herança somente aos filhos homens. Todavia, o tópico principal do debate feminista durante e após a Revolução de Jasmim foi a inserção e maior participação das mulheres no setor político.

O feminismo nacional nada mais foi do um mecanismo utilizado durante os governos de Bourguiba e Ben Ali para promover políticas voltadas à redução das questões de igualdade de gênero. Todavia, chamá-lo de feminismo de Estado se torna controverso, visto que em grande parte, não fora desenvolvido de mulheres para mulheres. Ainda, o termo "feminismo" não cabe a situação, pois tais manobras foram utilizadas com viés de barganhar situação tunisiana ao Ocidente, fazendo com que a legislação não se aplicasse ao dia a dia as cidadãs tunisianas. Logo, o interesse do Estado tunisino em formular essas políticas era melhorar a imagem do país em escala internacional, fazendo com que a Tunísia fosse reconhecida como um Estado progressista e moderno.

O "feminismo de Estado", de certa forma, ajudou a reduzir a desigualdade de gênero na Tunísia, mas também suprimiu quaisquer manifestações de

feminismo que sejam inconsistentes com os ideais do governo. Além disso, a tomada de decisões de cima para baixo deixa de fora muitas demandas importantes das mulheres. Esses fatores, associados à repressão de qualquer forma de oposição política, bem como aos graves problemas econômicos, levaram as mulheres tunisianas a aderir à Revolução do Jasmim.

3 A PRIMAVERA ÁRABE

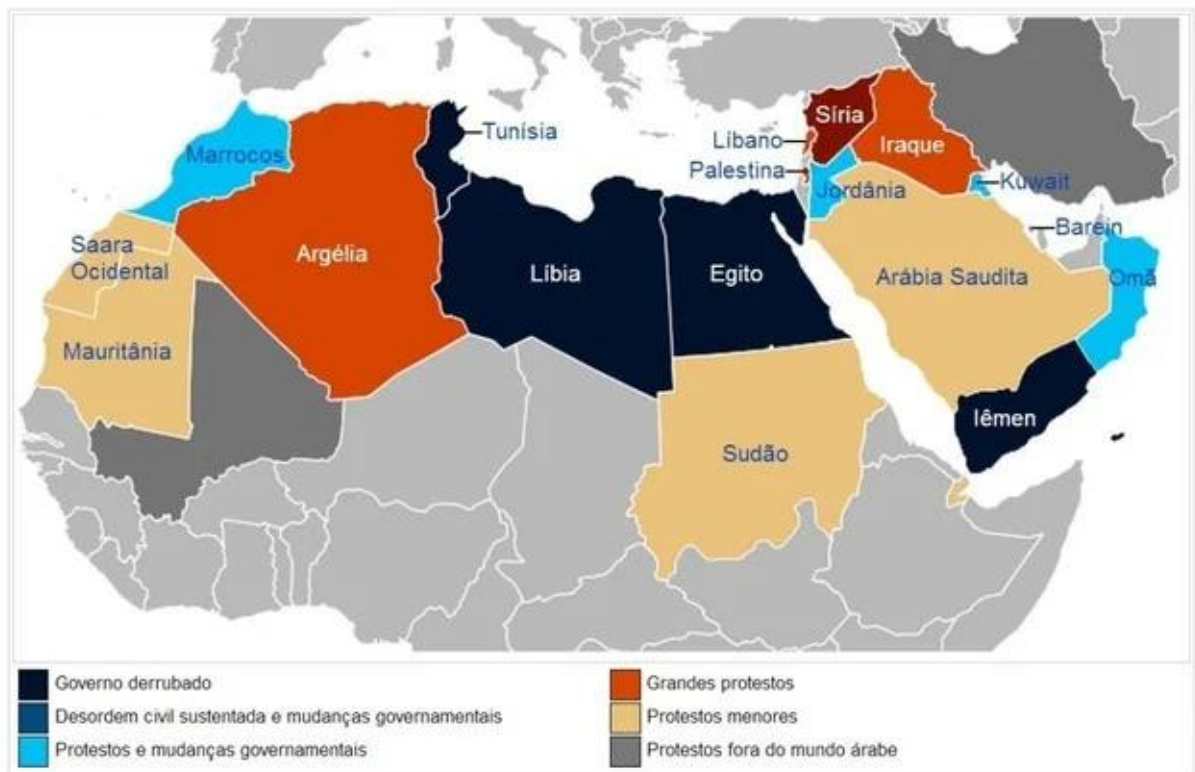
O fenômeno da Primavera Árabe ocorreu entre os anos de 2010 e 2012, sendo considerado um episódio que modificou e estremeceu o sistema internacional, bem como as suas estruturas econômicas, sociais e políticas. Os acontecimentos situaram-se na região do Grande Oriente Médio, fazendo com que os regimes autocráticos, autoritários e de cenários da época fossem atingidos por uma forte onda de manifestações populares e levando centenas de milhares de cidadãos às ruas para protestar contra a má administração da região.

As revoluções que ocorreram concomitantemente no Oriente Médio e África Muçulmana têm uma origem bastante discutível acerca de sua nomenclatura. É pautado que a terminologia ao referir-se a “primavera” tem sua natureza associada ao jornalismo ocidental, visto que assim descreviam os levantes que estavam acontecendo em território árabe. Ferabolli (2012) conta que o princípio da denominação “primavera” surgiu para conflitos que tem ligação histórica aos episódios sucedidos em 1968 na Tchecoslováquia, visto que foi um período em que houve a libertação política nesse território, pois a União Soviética administrava a região depois da Segunda Guerra Mundial. A partir disso, o evento ficou conhecido como “Primavera de Praga”. Já ao falarmos da Primavera Árabe, os acontecimentos são descritos como controversos por duas questões: sendo a primeira pelas reivindicações não estarem somente ligadas à luta pela democracia, mas também às problemáticas sociais e econômicas das quais os países do local estavam enfrentando no decorrer dos últimos anos, somadas aos problemas relacionados a ditadura no cenário regional.

Posto isso, a segunda questão está relacionada ao conjunto de países que estavam ligados pela temática dos levantes sociais, Estados como Egito, Tunísia, Líbano, Jordânia, territórios palestinos, Iêmen, Líbia, Iraque, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Omã, Arábia Saudita, Sudão do Norte, Marrocos e Argélia estavam sofrendo das mesmas manifestações, mesmo que suas realidades fossem diferentes. Cada país via-se naufragado em problemáticas de

cunho social e econômico provenientes das heranças que o colonialismo ocidental havia deixado. Ainda é válido ressaltar que as maneiras de governar esses países em comando único, como as ditaduras somadas às autarquias absolutas, enfraqueceu os governos nesse período e, portanto, acabou dando mais força às rebeliões que eclodiram nesse período (FERABOLLI, 2012, p. 107).

Figura 1 - Mapa dos países envolvidos na Primavera Árabe



Fonte: Juliana Bezerra, s/d.

Como mostra o mapa acima, diversas regiões foram afetadas por diferentes tipos de conflitos. Assim, regiões como a da Líbia, Tunísia, Egito e Iêmen derrubaram seus governantes do poder via protestos e revoluções. Já na Mauritânia, Saara Ocidental, Sudão e Arábia Saudita, a Primavera Árabe foi marcada por protestos menores comparados aos dos outros países da Região. Argélia e Iraque dão destaque aos protestos mais robustos que ajudaram a Primavera Árabe a movimentar o *status quo* da região do norte da África e do Oriente Médio. Protestos com mudanças governamentais ocorreram no Marrocos, Jordânia, Kuwait e Omã, levando os ares de revolução, bem mais

brandos é verdade, ao extremo do Oriente Médio. Não obstante, Roche (2012) apresenta três grupos de Estados separados por características em comum. O primeiro complexo de países é composto por Tunísia e Egito, sendo estes classificados como evolutivos e rumando a democracia, mesmo que de maneira vagarosa.

O segundo compilado é constituído pelo Líbano, Jordânia, territórios palestinos, Kuwait, Iraque, Omã, Emirados Árabes Unidos, Sudão do Norte, Marrocos, Arábia Saudita e Argélia, já este conjunto de Estados é categorizado pelo acontecimento de movimentações, todavia sem execução instantânea. Por fim, o terceiro bloco é formado pela Síria, Iêmen e Líbia, sendo agrupados pela razão de fazerem partes de conturbações violentas, juntamente a ação estrangeira feita pela Líbia e ainda comportamento conservador, assim sendo definido como guerra civil (ROCHE, 2012, p.55).

Da mesma forma que exposta acima, a expressão Primavera Árabe dentro de suas questões acerca de diferenças e limitações será utilizada no decorrer desse trabalho por entender-se que engloba um grupo de episódios que dispõem de particularidades em comum, fazendo com que possam ser estudados e analisados juntamente. Os Estados já supracitados mostram dentre seus atributos comuns a presença de Estados autocráticos, ausência total ou parcial de democracia. Ainda é possível identificar abusos nos ofícios de segurança pública e uma sequência de privatizações para o benefício de uma baixa e privilegiada porcentagem da população (LYNCH, 2011 *apud* VIEIRA, 2013).

Mesmo que o *status quo* fosse mantido e respeitado por uma pequena parte dos cidadãos, a grande massa era regida pelo descontentamento. Juntamente com o auxílio da tecnologia que permitia o compartilhamento simultâneo, os levantes, bem como suas causas foram espalhados para além das divisas territoriais fazendo com que a Primavera Árabe fosse possível. Assim, se formou um efeito cascata e os países participantes foram tomados por protestos e levantes que iam a favor de reformas estruturais, dentre as principais estavam às mudanças econômicas e políticas. As modificações que eram exigidas pela população eram resumidas por princípios liberais, ao exemplo da defesa da democracia e assim, revelaram-se grupos insatisfeitos por terem sido

oprimidos por regimes ditatoriais e despóticos durante antes (LYNCH, 2011 *apud* VIEIRA, 2013).

Uma das consequências mais emblemáticas pré-revolução foi a imolação pública de Mohamed Bouazizi na Tunísia, pois tal ato tirou o véu que cobria outros pontos de insatisfação popular que iam além do teocratismo, como por exemplo, as questões sociais e econômicas que se mostravam profundamente desigual para a maior fragmento dos cidadãos árabes (FERABOLLI, 2012). A partir do exposto, os países aos quais a Primavera Árabe tocou possuem particularidades e excentricidades. O Bahrein possui uma monarquia constitucional gerida pela família Al-Khalifa desde os anos de 1766, e assim é liderado pelo Rei Hamad bin Isa Al Khalifa a partir do ano de 1999. Já a política nacional de Bahrein é classificada pelo Estado reger os recursos sociais que a população necessita, também é importante ressaltar que mantinham uma relação de equilíbrio entre os Xiitas e os Sunitas que habitam o país.

Já no Egito é interessante levar em consideração que o comandante da força aérea egípcia e vice-presidente, Hosni Mubarak, assumiu a presidência do país após a morte de Anwar Al-Sadat em 1981. Acerca da sua política nacional, pode-se analisar uma estrutura bastante sólida em torno das forças armadas, principalmente do alto escalão, sendo esta dividida entre Nova e Velha Guarda.

Quando falamos da Tunísia, ponto central desta pesquisa, pode-se perceber que o regime autoritário tunisiano ascendeu após Zine el Abidine Ben Ali assumir a presidência do país no ano de 1987. Quando se fala em política nacional tunisiana é notável um projeto nacional com o desejo de fortificar-se o suficiente para que formem e sejam reconhecidos internacionalmente como um polo de elite tecnocrata. Ainda, chama atenção o fator do uso da campanha contra ao radicalismo islâmico para que as forças armadas pudessem continuar no poder sem grandes problemas.

A Jordânia é governada também por uma monarquia constitucional, semi-absolutista, visto que há movimentos dos poderes monárquicos para a dissolução do parlamento. É gerenciada pela família Hashemita desde 1921 e pelo rei Abdullah II a contar de 1999. Sobre a política nacional jordaniana há dois pilares fortes: o governo e os líderes tribais. O governo se compromete em dar apoio às camadas mais humildes de seus cidadãos, assim como ao expressivo número de refugiados que o país abriga.

Quando se fala do Iêmen é significativo falar sobre a presidência de Ali Abdullah Saleh que está à frente do país desde o ano de 1990, sendo este o ano de unificação entre Iêmen do Norte e Iêmen do Sul. Sobre a política nacional, o governo central é regido pelas famílias tradicionais do país e por grupos do norte, pois esse grupo possui fortes conexões. Há também movimentos separatistas ao sul e da parte xiita da população, sendo esse tipo de comportamento repreendido pelo poder coercitivo

A Síria é governada pela família Al-Assad desde os anos de 1970 e atualmente pelo presidente Bashar Al-Assad, pois Al-Assad assumiu o poder após a morte do seu pai no ano de 2000. A política nacional síria é baseada na concentração de poder no alto escalão das forças armadas nacionais que agem com tropas convencionais e com milícias pró-governo sufocando qualquer tipo de manifestação contra o atual governo.

A Líbia teve o fim da sua monarquia marcado em 1969 e assim deu-se início o governo de Muammar al-Gaddafi. O sistema político-econômico líbio é bastante alternativo, visto que tanto a vertente capitalista quanto a comunista possuem espaço, dando vida a Terceira Teoria Universal. A política nacional baseia-se na nacionalização do setor petrolífero líbio para que o faturamento de suas exportações com os barris de petróleo possa ajudar na melhoria de setores públicos como saúde, educação e infraestrutura.

3.1 Os Antecedentes da Revolução de Jasmim

Quando um quadro de insatisfação popular cercou a região do Oriente Médio e da África Muçulmana, a Tunísia liderou as revoltas da Primavera Árabe, tornando-se a pioneira do conflito. A partir do ano de 2010, esse país do norte da África protagonizou a Revolução de Jasmim, sendo esta a precursora da Primavera Árabe. Todavia, para que o entendimento seja absoluto, se julga necessário a exposição da localização geográfica da Tunísia, bem como a compreensão de suas peculiaridades.

Assim sendo, a Tunísia está inserida no norte do continente africano, especificamente na região do Magrebe, situando-se entre a Argélia e a Líbia, e ainda é banhada pelo Mar Mediterrâneo (Figura 2).

Figura 2 – Mapa Político da Tunísia



Fonte: Encyclopedia Britannica, 2014.

Posto isto, a Tunísia conta com o total de mais de 11,5 milhões de habitantes e com uma extensão territorial de 163.000 km². Tem como capital a cidade de Túnis, a qual também recebe a classificação de maior cidade do país (ULISSES, 2021). A partir disso, pode-se entender de maneira mais adequada os acontecimentos que eclodiram na Tunísia a partir de 2011, mas ainda é interessante entender os antecedentes desse levante popular.

A Tunísia é uma antiga colônia francesa e alcançou sua independência no dia 20 de março de 1956. A partir de então, Bourguiba (citado anteriormente no tópico 2.3.1) no cargo de primeiro-ministro proclamou a República na data de 25 de julho de 1957 e assim assumiu a presidência do país, função que exerceria por mais de 30 anos (SALIBA; LOPES; ALEXANDRE, 2021 apud ULISSES, 2021).

Logo, o governo de Bourguiba foi marcado pela intercalação do autoritarismo com a abertura política. Todavia, Bourguiba já fragilizado pela idade somada a problemas de saúde foi afastado constitucionalmente do cargo pelo até então primeiro-ministro Zine El Abidine Ben Ali (SALIBA; LOPES; ALEXANDRE, 2021 apud ULISSES 2021).

A partir de então se iniciava uma nova era na política tunisiana, marcada pela autocracia. A insatisfação com o governo de Ben Ali estava cada vez mais crescente dentre os cidadãos tunisianos. A hiperinflação e o desemprego, a alta criminalidade

e as condições de vida precárias somados ao regime de repressão instaurado por Ben Ali deixavam a população insatisfeita, pois estas questões já duravam mais de vinte anos e em nada melhoraram. Khanna (2008) expõe o sentimento dos moradores da Tunísia alguns anos antes do estopim da Revolução de Jasmim: “O presidente Ben Ali se refere à Tunísia como a terra do pensamento esclarecido, mas um jovem tunisiano que pegava carona para Dubai queixou-se. Nunca poderei fazer o que quero no meu país.”

O último elemento que faltava para que a revolução eclodisse foi o acontecimento com o jovem de 26 anos, Mohamed Bouazizi. Em dezembro de 2010, Bouazizi teve sua banca de frutas tomada pela prefeitura na cidade de Sidi Bouzid. Além do confisco, Bouazizi era constantemente desprezado e humilhado pelas autoridades locais, assim, quando tentou recuperar sua barraca de frutas, teve o mesmo tratamento vindo das mesmas autoridades (PANZERI, 2013).

Uma vez que não suportava mais as situações das quais era submetido e ainda a sociedade imersa em suborno e autoritarismo, Mohamed Bouazizi colocou fogo em si mesmo como ato de protesto. Esse gesto foi a gota d’água para que as manifestações contra o governo se tornassem mais inflamadas e se espalhassem por todo território tunisiano, sendo lideradas, em sua grande parte, por jovens. Portanto, assim eclodiu a Revolução de Jasmim.

3.2 A Revolução de Jasmim

As manifestações populares, que posteriormente foram denominadas de A Revolução de Jasmim, tiveram início em dezembro de 2010 e continuaram até janeiro do ano de 2011, quando o atual governo, comandado por Ben Ali, foi derrubado. Após o ocorrido, a região árabe começou a ter diversos manifestos, igualmente eficientes, como foi o caso do Egito, em que após 18 dias de mobilizações sociais também atingiu Mubarak (NETO, 2013).

A Revolução de Jasmim é decorrente de um longo processo histórico, onde a necessidade de um novo panorama político se fez indispensável, assim como os aspectos econômicos e sociais também necessitavam de mudanças. Dessa forma a tomada de poder do Estado por setores revolucionários seria o desejo do povo em uma revolução tal como já foi presenciado na história, ao exemplo de Revolução Russa de 1917, considerando então o desenrolar dos

levantes passados, as revoluções são provenientes do desejo de designar mudanças drásticas e violentas na estrutura da sociedade e do governo (SILVEIRA, 2004).

Desse modo, Chaise (2017) ressalta que a Revolução dos Jasmins deve ser levada em consideração e nunca esquecida, pois precedeu diversas mudanças na estrutura governamental do país, contribuindo assim para a transição de um governo militar para um modelo de governo democrático. Estudos demonstram que, embora tenha sido de extrema relevância para a população, a falta de interesse público e político nessas manifestações se justificam pelo fato de que elas eram lideradas pela comunidade periférica, especialmente a população feminina, o que juntamente ao fato de que a natureza dos levantes não eram centrais (REIS, 2019).

As questões que levaram a Tunísia à Revolução de Jasmim no final de 2010 foram divulgadas pela mídia grandemente e conseqüentemente trouxeram o impacto do que ocorria em território tunisiano para as outras regiões vizinhas. Os territórios do Oriente Médio Expandido (Oriente Médio e Norte da África) se encontravam em situações semelhantes às da Tunísia e Egito e dessa forma, protestos e reivindicações mais inflamadas puderam ser notadas em países como Bahrein, Iêmen, Líbia e Síria. Assim, esse grupo de Estados deram início a um fenômeno bastante marcante do início do século XXI: a Primavera Árabe e seus desdobramentos regionais (REIS, 2019).

Desse modo, as características da Revolução de Jasmim se apresentaram tão distantes das perspectivas das regiões ocidentais e israelenses que fez com que essas populações não tenham dado a devida importância, considerando que a mídia israelense, por sua vez, apenas abordou a revolução tunisiana de maneira a dar maior visibilidade para a versão egípcia. (MIGUEL, 2015).

Ainda, a Revolução de Jasmim adquiriu particularidades quando comparada às outras revoluções vizinhas também do segmento da Primavera Árabe. Amira Aleya- Sghaier (2012) aponta que:

A revolução tunisina também é particular da Tunísia. Não foi uma revolução clássica como a Revolução Francesa, com uma transição de um regime feudal para um burguês. Não foi uma revolução de classe comunista como a Revolução Bolchevique de 1917 na Rússia. Tampouco foi uma revolução de libertação nacional como a do Vietnã

ou Argélia, ou uma revolução pelos direitos humanos como as revoluções da Europa Oriental dos anos 90. A Revolução Tunisina foi única. Não era vermelho, nem laranja, nem jasmim; foi uma "revolução da dignidade". É especial porque foi espontânea, sem liderança centralizada, ideologia clara e qualquer programa político pré-estabelecido. No entanto, não foi uma "revolução cega". Foi uma revolução de todo o povo da Tunísia e de todo o país. Foi também a primeira revolução deste século que empregou a Internet e a televisão em larga escala (Amira Aleya-Sghaier, 2012, p. 19).

A série de levantes expressivos que ocorriam na Tunísia surpreenderam a comunidade internacional, visto que o Estado tunisiano representava uma das mais sólidas governanças da região, além de ser considerado um país secular entre os Estados muçulmanos e ser apontado como um país progressista quando o assunto eram os direitos humanos e suas garantias, principalmente no que tangia os direitos das mulheres e dos seus próprios cidadãos (EI-KHAWAS, 2012).

Portanto, o maior gerador dos protestos e da conseqüente revolução foram os pontos ligados à condição socioeconômica dos cidadãos tunisianos, bem como a qualidade de vida em que a sociedade estava inserida, sendo subjugada a violência policial, censura e corrupção por parte dos seus governantes. A Tunísia frequentemente vinha sendo assolada por graves problemas relacionados à desigualdade social, onde o desemprego se tornava frequente na sociedade, ainda a miséria e a fome somada aos exorbitantes impostos cobrados e aos frequentes escândalos de corrupção ligados à administração do país (EI-KHAWAS, 2012).

Dessa forma, a população geral ansiava por melhorias em todos os setores que cobriam a sociedade, sendo de maior interesse aos cidadãos, as reformas econômicas, bem como a garantia por empregos e ainda a diminuição dos impostos que eram tidos como altíssimos para o padrão de vida em que a sociedade estava inserida. O último e mais urgente desejo da população seria a instauração da democracia junto ao voto livre com eleições regulares e a possibilidade de criação de partidos para que houvesse a pluralidade de ideais representados oficialmente pelos agentes políticos. (EI-KHAWAS, 2012).

Assim iniciava-se o conjunto de revoltas, protestos e reivindicações dentro do período da Primavera Árabe na Tunísia, e assim foi nomeado de Revolução de Jasmim. Quando os levantes tomaram as ruas das cidades tunisianas como Tunes, a capital, um sentimento de esperança se estabeleceu nos cidadãos

tunisianos. É um fato significativo expor que a economia tunisiana era forte e sólida pelas questões do investimento no turismo e pela frequente exportação de petróleo, todavia tais ganhos financeiros por parte do governo não retornavam como benefícios básicos a população, visto que os cidadãos tunisianos conviviam diariamente com o desemprego e ainda os que possuíam emprego tinham seus salários congelados (MAKISIDI, 2017).

Segundo Aleya-Sghaier (2012), o momento mais ativo da Revolução de Jasmim se findou em janeiro do ano de 2011 com a deposição do ditador Zine El Abidine Ben Ali e seu exílio. A partir desse período, a Tunísia começou a sua reestruturação social, econômica e principalmente política, tendo como principal propósito a instauração de uma nova Constituição para que os fundamentos do Estado pudessem ser atualizados e reorganizados para o bem funcionamento do país em conjunto a sua sociedade (ALEYA-SGHAIER, 2012).

A partir desse momento, o governo interino tunisiano assumiu na figura de Fouad Mebazaâ e assim o atual presidente, mesmo que interino, propôs uma chamada para uma Assembleia Constituinte com o objetivo de instituir uma nova Constituição que suprisse as reivindicações anteriormente feitas pela população durante o processo de revolução. Assim, no momento que a Assembleia ocorreu e foram iniciadas as negociações para que a Constituição pudesse abranger os anseios da população, os cidadãos começaram a poder participar mais ativamente da vida política do país antes mesmo da promulgação da nova Constituição (ARIEFF, 2011).

Questões referentes à nova estruturação da política tunisiana trouxeram à luz um misto de ideias progressistas para a Tunísia em 2011. O modelo de política tunisiano já conhecido estava com seu fim próximo, visto que a modernidade estava pronta para adentrar a Constituição. Pautas como direitos civis, direitos e deveres assegurados pela liberdade de ir e vir, liberdade política somada à representação política governamental transparente faziam com que houvesse esperança de a população ser atendida quanto às suas reivindicações da Revolução de Jasmim.

Dessa maneira, a adoção da nova lei eleitoral, concebida pelos membros do Conselho Superior para a Reforma Política da Tunísia, estabeleceu a igualdade entre homens e mulheres nos partidos políticos. Ademais, funcionários do governo, como prefeitos distritais, juizes e autoridades locais não poderiam

se candidatar a menos que renunciassem a seus cargos atuais. No que diz respeito aos ex-filiados ao Reagrupamento Constitucional Democrático - o Reagrupamento Constitucional Democrático foi um partido político criado pelo ex-ditador tunisiano, Zine el Abidine Ben Ali - tomou-se a decisão da proibição da participação de tais ex-membros, pois estes atuaram conscientemente durante o governo Ben Ali. Com essas modificações, o governo interino se alinhou aos desejos da população no que diz respeito às mudanças políticas (ARIEFF, 2011).

A partir do momento em que a votação para que a Assembléia Constituinte fosse composta, o partido islâmico Al-Nahda obteve grande parte dos assentos destinados aos partidos, chegando ao número de 90 de um total de 217, isso significava que 37% dos votos do país seriam dados pelo partido Al-Nahda. É bem verdade que com essa quantidade de assentos dados ao referido partido, este teria uma margem satisfatória de atuação dentro da Assembléia Constituinte, todavia, ainda seria necessária a realização de coalizões entre os partidos para que o partido Al-Nahda obtivesse oficialmente influência nos votos para que suas ideias políticas pudessem ser implementadas (PICKARD, 2011).

Um fator determinante na vitória do partido Al-Nahda foi a perseguição que tanto os membros do partido, quanto o próprio partido sofreram durante o governo de Ben Ali. Fundado no ano de 1981, durante a autocracia de Ben Ali, o partido representava uma resistência ao governo, visto que incentivava a população a votar em seu partido e não no de Ben Ali. Todavia, é verdade que a vitória não representava a totalidade de apoio de seus eleitores ao partido islâmico, visto que a população poderia não concordar em totalidade com as propostas e princípios apresentados pelo partido Al-Nahda. O resto dos assentos disponíveis foram ocupados pelos partidos já conhecidos, como por exemplo, o Congresso pela República (CPR), representando 14% dos votos, sendo 30 cadeiras ocupadas por esse partido, já o partido de esquerda, Ettakatol, chegou aos 10% e assumiu 21 assentos dentro do parlamento (PICKARD, 2011).

A ausência de concordância entre os partidos Al-Nahda e o Congresso pela República complicou a ideia de estruturar solidamente a Constituição, e ainda somado a divergência de ideias políticos entre os membros do partido, a insatisfação popular balançava ainda mais as estruturas das recentes negociações acerca da nova Constituição. A população argumentava que os

cidadãos não eram representados na Assembléia, pois 54% dos cidadãos eram de acordo ao governo secular representado pelo CPR, enquanto 40% da população desaprovava e discordava dos movimentos políticos feitos por esse partido. Assim sendo, dentro da parcela dos que aprovaram o CPR, 59% da população defendia que a crença religiosa era bastante significativa e dentre os 53% que não estavam satisfeitos com o CPR, defendiam que era vital a crença religiosa. Outrossim, corriam boatos de que os líderes dos partidos da oposição estavam sofrendo influência do partido islâmico. Dessa forma, o partido que já estava sem tanto apoio dentro do parlamento e sem apoio suficiente da população, acabou renunciando à liderança na Assembléia para que o partido CPR, sendo esse secularista, pudesse assumir a frente da Assembléia (PICKARD, 2011).

Visualizando o futuro, debates acirrados sobre a estrutura da Carta Magna duraram até a promulgação da Constituição da Tunísia no ano de 2014. A nova Constituição cita a religião islâmica três (3) vezes, sendo: a primeira em seu preâmbulo, a segunda no artigo 1º e a última citação no artigo 74 (TUNÍSIA, 2014). O grande diferencial da nova Constituição promulgada na Tunísia em 2014 foi a eliminação da *Xaria* como principal orientador das pautas políticas ligadas ao país. Todavia, a religião não foi deixada de lado, visto que a religião islâmica é um forte norteador para o povo tunisiano. Dentro da nova Constituição, conforme o Artigo 1º fala, a religião islâmica é a religião oficial da Tunísia sendo uma cláusula pétrea, ou seja, uma cláusula constitucional imutável, não podendo ser modificada nem por via de Emenda à Constituição. Além disso, o artigo 74 da mesma Constituição declara que o cidadão que tiver interesse em candidatar-se à presidência deve ser tunisiano de nascença e a religião que deve seguir deve ser a Islâmica (TUNÍSIA 2014).

A partir do exposto acima, a Tunísia como Estado adotou moderadamente à modernidade Ocidental, mesmo que a tenha adaptado para sua realidade, peculiaridades e tradições. Todavia, a incorporação da modernidade ao modo de viver tunisiano não a torna um país menos temente ao Islã do que Irã e Arábia Saudita, por exemplo, visto que esses dois Estados utilizam a *Xaria* como guia político principal. Portanto, a Tunísia conseguiu mostrar ao mundo que é possível e viável unir a modernidade junto à cultura islâmica, tornando a coexistência entre ambos os polos equilibrada e possível.

4 AS MULHERES NA POLÍTICA TUNISIANA

Miguel (2017) atribui à participação feminina dentro da política a certas alterações ao decorrer dos anos. Já por Milbrath (1965, apud Miguel, 2017), a participação das mulheres no setor político da sociedade é escalonada, visto que se inicia com o direito ao voto, ainda com a tentativa de angariar aliados para que fosse bem-visto mulheres desempenharem papéis na vida política.

Somado a isto, há também a criação de uma nova microssociedade no âmbito político, pois se fez necessário que as mulheres organizassem campanhas filantrópicas para que os contatos com os já funcionários públicos fluíssem. Tais atos resultaram na possibilidade das mulheres se candidatarem às eleições e conseqüentemente ocuparem cargos públicos.

Chamber e Cummings (2014) discutem sobre o empoderamento feminino não ser exclusivo ao ramo político, visto que a participação das mulheres em outros campos de atividades da esfera pública torna a entrada no setor político mais acessível. Pelo ponto de vista do Inter-parliamentary Union (2011), a eficaz implementação da mulher no âmbito público deve vir acompanhada de um conjunto de conscientização acerca do que as mulheres estão expostas enquanto cidadãs.

Dessa forma, a fomentação de políticas públicas que atendam as demandas da parte feminina da população se torna indispensável, visto que parte das mulheres ainda não compreendem sua importância atuante no meio social. Partindo do ponto de que o parlamento deve ser simpático às causas de gênero, como por exemplo, a igualdade entre homens e mulheres visando os mesmos direitos e deveres dentro da esfera parlamentar.

Logo, o parlamento sendo empático às questões de gênero e a soma de mulheres aos cargos públicos, as pautas envolvendo os assuntos que remetem ao gênero estariam no centro da agenda parlamentarista, fazendo com que a criação de projetos que apoiem e defendam as demandas trazidas pelas mulheres possa ser viabilizada em estruturas institucionais.

4.1 As Mulheres Tunisianas no contexto pós-independência

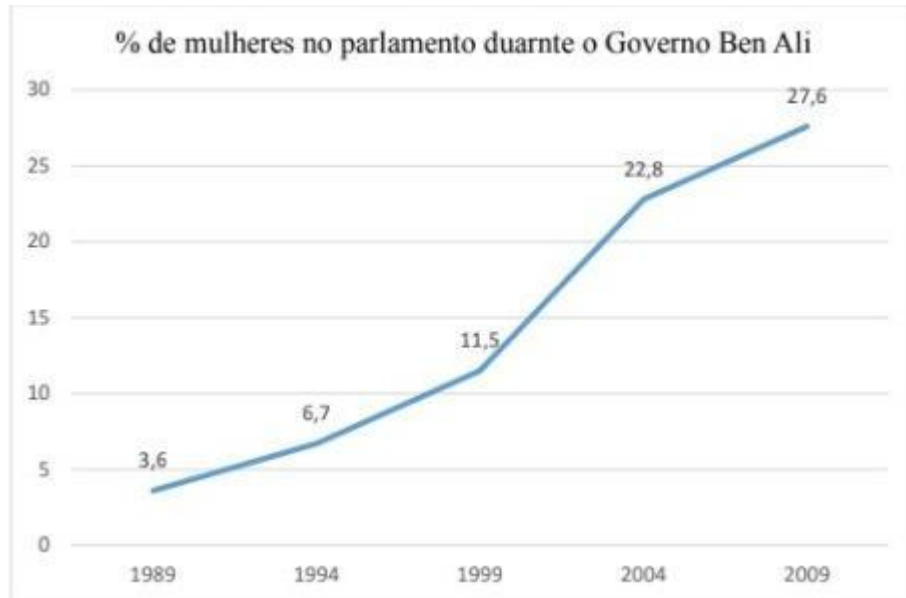
Para abordar o contexto em que as mulheres tunisianas se encontram atualmente, no período pós-independência, é importante recapitular o trajeto

percorrido no que concerne o feminismo islâmico, visto que ele é considerado recente e ainda possui diversos obstáculos. Assim, da independência à Revolução de Jasmim, a Tunísia teve apenas dois presidentes: Habib Bourguiba (1956-1987) e Zine El Abidine Ben Ali (1987-2011). Bourguiba tornou-se primeiro-ministro da Tunísia pouco depois de conquistar a independência em 1956, mas o país não aboliu a monarquia imediatamente, visto que se tornou uma república somente no ano seguinte. (GHANEM, 2016). Bourguiba se tornou um líder populista que cativou a reputação de "lutador supremo" por sua luta militante junto à causa da independência tunisiana. Em seu governo, implementou um regime de partido único, sendo eleito primeiro-ministro em 1956 e tornando-se presidente em 1958, chegando a ser nomeado presidente vitalício da Assembléia Nacional em 1975. É válido ressaltar que a primeira eleição com diversos partidos pleiteando o parlamento só foi realizada em 1981, e o partido do presidente Bourguiba foi o grande vencedor. (GHANEM, 2016).

Quando Bourguiba foi perguntado sobre o sistema político e partidário da Tunísia, o mesmo respondeu: "Sistema? Qual sistema? Eu sou o sistema." (MOORE, 1965). O governo de Bourguiba contribuiu para a abertura do espaço da mulher na política do país em 1959, ao reconhecer o sufrágio e a candidatura parlamentar. Já no ano de 1987, o primeiro-ministro Zin al-Abidin bin Ali deu um golpe, declarando Bourguiba mentalmente incapacitado e em 1989, uma nova eleição presidencial foi realizada. O então atual presidente, Ben Ali, reformou as leis eleitorais para reconhecer alguns partidos da oposição. A primeira eleição presidencial multipartidária foi realizada apenas no ano de 1999. Ben Ali venceu as eleições presidenciais em 1994, 1999, 2004 e 2009. (GHANEM, 2016).

Dado ao momento que Tunísia estava antes da Revolução de Jasmim, sendo esse sob um regime autoritário que impunha restrições à participação política de toda a população, principalmente no que tange a participação feminina no setor político, a representação das mulheres nos processos políticos e decisórios formais aumentou gradualmente entre 1990 e 2010. A participação feminina cresceu em todos os níveis, incluindo órgãos executivos e legislativos, governo local e judiciário. De acordo com o banco de dados da Inter-parliamentary Union, pode-se verificar o crescimento de mulheres no legislativo (MOREL, 2021).

Gráfico 1- Porcentagem de mulheres no parlamento durante o governo Ben Ali



Fonte: Inter-parliamentary Union, 2017.

Ao interpretarmos o gráfico acima, pode-se inferir o crescimento gradual no número de mulheres ao longo dos anos em que ocorrem eleições. A evolução mais significativa se dá nas eleições do ano de 2004, visto que o setor feminino da política conseguiu chegar aos 43 do total de 149 cargos, totalizando 22,8%.

Esse progresso está relacionado, segundo Chambers e Cummings (2014), principalmente ao programa que incentivava à participação feminina no âmbito político. Segundo Laurentino (2017) o isolamento de grupos feministas, que se sucedeu através da discussão interna em que foi abordado o isolamento das mulheres tunisianas em relação ao restante do mundo, enfrentando assim diversos riscos inerentes aos enfrentamentos severos aos quais se propõe (CAMARGO, 2016).

Dessa forma, ao observar as tendências do feminismo dentro de uma revolução, é importante analisar inicialmente o papel desempenhado e os locais ocupados por mulheres, principalmente diante do contexto abordado neste estudo, visto que ao considerar o feminismo como coadjuvante na luta contra a ditadura é de extrema importância que se analise o papel das mulheres diante desse cenário. As perspectivas feministas das Relações Internacionais chamam atenção para a

invisibilidade da mulher na política internacional, fator que se justifica, conforme Franco (2016):

A nova consciência de gênero emergente no feminismo islâmico situa-se nas fronteiras entre as perceptivas seculares e as perspectivas religiosas islâmicas e temos o entendimento de que tais fronteiras – porosas, ambíguas e conflitivas – podem trazer um isolamento político ao movimento do feminismo islâmico, por este guardar em suas raízes e propostas o vínculo com uma religião identificada, no genérico mundo ocidental, como fundamentalista e mantenedora de práticas misóginas, machistas e que reforçam as desigualdades de condição (FRANCO, 2016).

Sendo assim, Franco (2016) complementa contribuindo com reflexões acerca de uma nova forma de observar o feminismo islâmico presente nas fronteiras entre a religião, fazendo o isolamento político em relação ao feminismo islâmico pode contribuir para o reforço do machismo, misoginia e dificuldade de comunicação, porém, no momento após a independência, fatores direcionados para o feminismo se dissiparam da associação de aspectos religiosos, criando assim espaço para o desenvolvimento de outras trajetórias e lutas feministas que se associam com o contexto religioso, e por direção a uma concepção secular e laica, levou o feminismo islâmico a reafirmar sua identidade mulçumana em outras bases e condições, em que ser muçulmana não está descolado da luta pela igualdade de gênero e contra as violências à mulher (PINHEIRO et al., 2016).

Por fim, Silva (2018) e Laurentino (2017) demonstram em seus estudos que dentre diversos espaços que foram ocupados no âmbito político, foi possível perceber que o “feminismo institucional” tem sido empregado como uma ferramenta governamental para promover a igualdade de gênero e os direitos das mulheres, de forma limitada, contendo alternativas defendidas por feministas independentes e ativistas.

4.2 As mulheres Tunisianas na Revolução de Jasmim e seus desdobramentos para o futuro

É sabido que a participação feminina durante as manifestações na Revolução de Jasmim contra o governo de Ben Ali foi decisiva para que os acontecimentos que se sucederam acontecessem. Todavia, após a saída de Ben Ali do poder, as mulheres tunisianas continuaram envolvidas pela luta de suas reivindicações, visto que ainda almejavam um país democrático e igualitário quanto a questões de gênero. Assim, as mulheres tiveram de manter-se firmes

para que os direitos adquiridos previamente não fossem violados ou até mesmo retirados.

Outrossim, para entender a necessidade da vigília constante em relação aos direitos adquiridos, é válido traçar a observação acerca da trajetória de cada etapa de direito que fora obtido pelas mulheres tunisianas em decorrência dos momentos de luta, conforme tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Trajetória do panorama jurídico da história da Tunísia

Ano	Leis
1956	Instaurado o Código de Status Pessoal (CSP), que continha leis progressivas tunisianas. Explanava sobre igualdade de gênero em diversas áreas, além de proibir a poligamia e, posteriormente, aboli-la. Criou procedimentos legais para casamentos com autorização mútua e divórcios com partilha.
1957 e 1959	Sufrágio em 1957 nas eleições municipais e em 1959 nas majoritárias
1959	Positivou os mesmos direitos e deveres para a sociedade, limitando-os à respeito pela ordem pública, defesa nacional, desenvolvimento econômico e progresso social. Ademais, garantiu o direito a liberdade de opinião, expressão, imprensa, publicação, assembleia e associação (condicionadas a alguns requisitos). Reconheceu diversos direitos protetivos e invioláveis.
1962	Adoção de programas e políticas de planejamento familiar.
1965	Emenda ao Código Penal tunisiano relativa ao aborto legal permitido em situações específicas.
1973	Emenda ao Código Penal tunisiano, além de alteração ao artigo 214, estabelecendo o direito ao aborto.
2010	Igualdade de nacionalidade absoluta, de acordo com o artigo 6º do Código de Nacionalidade. Toda a criança nascida de pai ou mãe tunisiano é tunisiana por direito, independentemente do consentimento de uma das partes.
2011	Decreto de 2011 disciplina sobre a introdução do sistema de cotas nas eleições e a alternância da lista de candidaturas.
2014	Instituída a nova Carta Magna do país, considerada uma das mais progressistas entre os Estados muçulmanos. Estabeleceu a igualdade entre homens e mulheres, paridade de representação nas assembleias políticas e a liberdade de expressão e de opinião.
2022	Promove maior poder à chefia de governo, além de assegurar direitos e liberdades de opinião, publicação, crença. Alega a garantia mantida de igualdade de gênero e a busca por maior representatividade.

Fonte: JICA (Japan International Cooperation Agency), 2015.

Ademais, com o escopo observado na tabela supra, é possível planejar que houve uma trajetória consolidada gradativamente até os dias atuais, passando por diversos processos de busca pela consolidação das garantias em bases sólidas. Direitos imprescindíveis como a igualdade de gênero e o respeito à individualidade social e patrimonial em momentos diversos da vida das mulheres, como no dado caso do divórcio e a partilha, assim como ao aborto legal, são exemplos da forma gradual com que a história do feminismo tunisiano foi escrita.

Além disso, destaca-se que a Tunísia é vista como um dos países com maior potencial progressista em relação aos direitos promulgados em Carta Magna, chamando a atenção para uma reflexão em relação à trajetória de tais conquistas em um panorama geral e internacional. Para que se tenha ideia das diferenças entre os gêneros e quanto aos progressos referentes ao empoderamento feminino, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) empregou entre 1990 e 2009 dois indicadores: o Índice de Desenvolvimento Relacionado a Gênero e o Índice de Autonomia de Gênero. Foi no ano de 2010 que uma alteração de cunho metodológico converteu ambos os indicadores em um só. O novo índice implantado foi o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e logo após em 2014, foi somado aos anteriores o Índice de Desenvolvimento de Gênero, bastante parecido ao Índice de Desenvolvimento Relacionado ao Gênero, visto que este procurava calcular o empoderamento das mulheres somado a algumas variáveis distintas.

Dessa forma, a tabela 2 a seguir apresenta o IDG da Tunísia:

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento de Gênero da Tunísia 2015

Índice de Desenvolvimento de Gênero 2015	
GDI	0.904
Grupo GDI (entre 188 países)	4
IDH (mulheres)	0.680
IDH (homens)	0.752
Expectativa de vida ao nascer (mulheres)	77.4
Expectativa de vida ao nascer (homens)	72.7
Anos médios de escolaridade (mulheres)	6.7
Anos médios de escolaridade (homens)	7.8
RNB estimado (rendimento nacional bruto) per capita (2011 PPP \$) (mulheres)	4,662
RNB estimado (rendimento nacional bruto) per capita (2011 PPP \$) (homens)	15,967

Fonte: 2016 *Human Development Report*, GDI (Gender Development Index)

Ademais a tabela 3 apresentada na sequência, nos mostra o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) ao qual a Tunísia faz parte:

Tabela 3: Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano

Ranking IDH	País	GDI
33	Malta	0,923
71	Turquia	0,908
81	Bósnia e Herzegovina	0,923
97	Tunísia	0,904
109	Gabão	0,923
138	República Democrática Popular do Lao	0,924
141	Zâmbia	0,924
142	São Tomé e Príncipe	0,907
144	Nepal	0,925
146	Quênia	0,919
170	Malauí	0,921
184	Burundi	0,919

Fonte: 2016 *Human Development Report, IDH*

Sendo assim, a Tunísia está entre os países com um bom IDH, todavia seu IDG é significativamente menor do que a média do grupo, que é de 4, de países ao qual foi agrupado. Ainda, é interessante notar que grande parte dos Estados desse mesmo grupo possuem IDH menor que o apresentado pela Tunísia.

Posto isto, o grupo ao qual a Tunísia faz parte chama a atenção para a disparidade entre os índices de IDH e IDG. Dessa forma, é possível concluir que a qualidade de vida dos cidadãos tunisianos é considerada boa, contudo, a qualidade de vida da mulher tunisiana é precária.

Posto isso, deve-se refletir acerca dos dados tunisianos do ano anterior (2014), a partir disso, é perceptível que ocorreram alguns avanços mesmo que em um pequeno período:

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento de Gênero (2014)

Índice de Desenvolvimento de Gênero 2014	
GDI	0.894
Grupo GDI (entre 188 países)	5
IDH (mulheres)	0.671
IDH (homens)	0.751
Expectativa de vida ao nascer (mulheres)	77.3
Expectativa de vida ao nascer (homens)	72.5
Anos médios de escolaridade (mulheres)	5,9
Anos médios de escolaridade (homens)	7.8
RNB estimado (rendimento nacional bruto) per capita (2011 PPP \$) (mulheres)	4,748
RNB estimado (rendimento nacional bruto) per capita (2011 PPP \$) (homens)	16,159

Fonte: 2015 Human Development Report, GDI (Gender Development Index)

De 2014 para 2015, o GDI da Tunísia saltou de 0,894 para 0,904, passando alguns países do outro grupo. Pode-se observar que a maior diferença da relação com o IDG está relacionada ao RNB, que indica questões relacionadas à entrada da mulher no mercado de trabalho.

Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995 mostram que em 1970 o índice de desenvolvimento relacionado a gênero da Tunísia foi de 0,274 e, em 2006, atingiu 0,752, conforme demonstrado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (1995). O Índice de Desigualdade de Gênero mede a desigualdade entre homens e mulheres em três dimensões: saúde reprodutiva,

autonomia e atividade econômica. O GDI da Tunísia de 0,289 em 2015 foi inferior à média global (0,491) e dos países árabes (0,535). indicador de pior desempenho.

O resultado é a participação política e o mercado de trabalho (PNUD, 2016). O primeiro valor do GDI registrado foi de 0,423 em 1995, o que significa um aumento de 31,67% nos 20 anos anteriores a 2015.

Esses dados apresentados nos Relatórios de Desenvolvimento Humano ao longo dos anos mostram que a penetração é uma das duas principais dificuldades para as mulheres tunisianas nas atividades políticas e no mercado de trabalho, a questão mais importante de preocupação para as mulheres tunisianas durante a Revolução de Jasmim.

A falta de participação feminina não é um problema exclusivo da Tunísia, está determinado a ser um problema global na suavização do relatório, e mesmo os países com alto IDH enfrentam algum grau de desigualdade de gênero, especialmente em termos de políticas de representação.

4.2.1 As influências da mídia digital e tecnologia na mobilização feminina na Revolução de Jasmim

Antes de explanar sobre a forma como se deu a mobilização social em relação às reivindicações tunisianas da Revolução de Jasmim, é fundamental ressaltar que as demandas e manifestações aconteciam em uma esfera que permeia para além das referências e vieses religiosos, sendo uma trajetória construída ao decorrer dos anos com diversas formas de violação aos direitos sociais e individuais.

De forma geral, visualizar o cenário em que estavam alocadas essas mulheres é imprescindível para buscar traçar uma análise correta de suas motivações e proposições para os eventos que sucumbiram na precedência da história, além de auxiliar no entendimento das barganhas que foram feitas para que obtivessem o apoio do Ocidente em suas lutas individuais e coletivas.

Sullivan (2011) mostrou em um depoimento de uma jovem tunisiana sobre os acontecimentos que vinham antes das revoluções. Tendo em tela que os países pré-revolucionários compartilhavam o desejo de mudança, mas não havia liderança forte o suficiente para guiá-los para a mudança. Pavlik (2011)

relatou que o executivo do Google, Wael Ghonim, havia criado uma significativa página no Facebook dedicada a Khaled Said, um menino egípcio morto por autoridades egípcias leais ao ex-presidente Hosni Mubarak. Esta página foi utilizada como recurso para criticar o regime egípcio e alertou muitos egípcios sobre os abusos do regime de Mubarak e acabou sendo fomento da revolta egípcia. Embora Ghonim tenha sido detido e encarcerado pelo regime por ter criado sua página no Facebook, como argumenta Pavlik (2011), a resposta foi bem-sucedida porque divulgou as atrocidades sofridas sob o regime autoritário no Egito.

Como é desenvolvido no presente trabalho, sabe-se que a Revolução de Jasmim teve forte cobertura midiática e comprometimento populacional com as causas em que se propunha a sustentar, porém, as reivindicações das mulheres para com questões sociais e econômicas têm um caminho longo nas páginas da história tunisiana. Desde o período pós-colonial, essa parcela social entrega sua voz para rebater regimes ditatoriais.

Entretanto, na delimitação do tema ao que tange à cobertura da mídia e as formas de influência decorrentes desse posicionamento, é válido salientar o papel do jornalismo formal e informal, bem como o uso das redes sociais para a divulgação dos acontecimentos. Com a checagem de fatos, estruturação de pautas e propagação das informações, o âmbito noticiário interliga públicos, propõe reflexões e colabora com a amplificação de pautas, como foi o caso da Revolução de Jasmim.

A partir do vazamento de dados e informações que confirmaram os atos de corrupção e abuso de poder por parte dos ditadores, os cidadãos ficaram ainda mais desconfortáveis com os rumos que o Estado tunisiano estava tomando. Algumas dessas informações foram expostas na internet, como o fato da primeira dama ter usado transporte aéreo privado designado ao presidente para fazer compras em Paris (LYNCH, 2012 apud VIEIRA, 2013).

Pavlik (2011) expõe que a entrada da tecnologia no mundo acarretou mudanças significativas para o jornalismo, visto que a imprensa tradicional já mantinha um papel historicamente sólido quanto à divulgação de notícias. Pavlik (2011) elenca que mudanças relacionadas à transparência da informação, bem como da participação de cidadãos comuns na divulgação de informações foram pontos cruciais para que dados antes pouco explorados pudessem vir ao

conhecimento de todos, sendo ambos os fatores fundamentais para os desdobramentos da Primavera Árabe e conseqüentemente da Revolução de Jasmim.

A participação dos cidadãos comuns por meio das redes e mídias sociais ocupou um papel importante nos movimentos sociais que estavam em ascensão, bem como nos protestos políticos que começavam a se instaurar pelo país. Segundo Pavlik (2011):

Esta história de sinergia entre as mídias sociais e a transparência online na Primavera Árabe continuou na Síria, na Líbia e em outros lugares na região. No Egito, as autoridades tentaram acabar com os distúrbios ao cortar o serviço da Internet. Ironicamente, esta ação poderá ter alimentado ainda mais a revolta, ao tornar os cidadãos mais raivosos (PAVLIK, 2011, p. 15).

Dado o processo de mobilização utilizado pelos referidos levantes na região árabe, referindo-se à capacidade de reunir apoiadores, ativistas ou até mesmo por meio do uso das mídias sociais, os cidadãos observaram que não se trata apenas do próprio ato de se comunicar, mas a mecânica do uso das plataformas digitais. Assim como criar mobilização online, que diverge da mobilização *Offline*, mesmo que possam se sobrepor. A ação direta e autêntica, aqui também entendida como mobilização off-line, é compreendida como organizar greves e/ou manifestações, especialmente com a ajuda da mídia. Redes sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube* tiveram papel importantíssimo para unir pessoas de diferentes vivências em prol de um mesmo ideal.

No Egito, por exemplo, estima-se que dezenas, senão centenas de milhares, de manifestantes atuaram como jornalistas-cidadãos nos primeiros dias após a explosão das manifestações na Tunísia. Os novos sistemas de comunicação, sobretudo de comunicação com viés político não podem ser facilmente separados das categorias de mídia tradicionais. A Al-Jazeera, mídia tradicional árabe, por exemplo, integrou-se às mídias sociais em suas práticas de coleta de informações e treinou jornalistas-cidadãos em toda a região, garantindo a cobertura de uma série de eventos por meio de vídeos capturados principalmente por *smartphones*. A propósito, os canais de TV via satélite (como a própria Al-Jazeera) formam uma nova esfera pública no mundo árabe, já que a mídia tradicional atende aos interesses da elite, enquanto a Al Jazeera se engaja na chamada "agenda reversa" (TUFEKCI e WILSON, 2012).

No entanto, deve-se atentar para a relação entre o envio tradicional de notícias e os critérios de confiabilidade. Nesse sentido, Hounshell (2011) questiona: “As mídias sociais são geralmente confiáveis em revoluções?” Porque, assim como a televisão e os jornais, as mídias sociais são uma ferramenta que depende do modo em que são utilizadas, visto que se pode cair em um fenômeno recém pautado como *fake news*. Os autores explicam que a BBC, mídia tradicional britânica, e a Al-Jazeera realizam verificações rigorosas de fontes online para verificar a autenticidade. Ao considerar a autenticidade da imagem, as informações geradas nesse ambiente tornam-se material para reportagens exclusivas, e assim fica inquestionável o potencial da capilaridade (fenômeno de atração e repulsão) de expansão da fonte proporcionado pela imagem do jornalista-cidadão, para enriquecer o entendimento sobre a Primavera Árabe (PAVLIK, 2011). Os meios de comunicação tradicionais se esforçam para colocar o fluxo de eventos gerados pelas mídias sociais em um contexto e perspectiva mais amplos, fornecendo informações adicionais não disponíveis pelos métodos tradicionais de coleta de notícias.

Vale notar que, embora as pesquisas feitas pela imprensa tradicional não tenham levado em conta o uso desses dispositivos tecnológicos, alguns autores da literatura os acham relevantes para que a Revolução de Jasmim tenha tomado os rumos que tomou.

Por exemplo, na visão de Feraboli (2012), o papel das redes sociais no evento foi superestimado: “a crise não foi provocada pelo ativismo online de um pequeno segmento da juventude árabe técnicas, embora estas sejam uma fonte de encorajamento e informação ao longo do processo” (FERABOLLI, 2012, p. 108).

Por outro lado, outros autores argumentam que as mídias sociais e a tecnologia móvel tiveram um papel central nos movimentos sociais e protestos políticos marcados pela Primavera Árabe, facilitando a comunicação e a disseminação de informações entre os cidadãos de todos esses países e regiões (HOUNSHELL, 2011)

A opinião desses autores dentro da literatura prega que além das mídias móveis (telefones celulares), o *Facebook*, o *YouTube* e o *Twitter* também desempenham um papel vital, principalmente nas mãos de “jornalistas cidadãos”. O termo faz parte importante do ecossistema do novo jornalismo, pois as informações trazidas para essas plataformas digitais pelo cidadão comum, que pode ou não ter um histórico de ativismo, são consideradas fonte de cobertura noticiosa pela mídia

tradicional, em um momento crítico em que informações importantes estão sendo divulgadas ao público (HOUNSHELL, 2011).

Desde o início da Primavera Árabe, com as revoltas na Tunísia e no Egito, estudiosos tentam entender como a internet e as mídias sociais contribuíram para mudanças políticas em regimes autoritários. Eles mostram que antes do levante tunisiano, os protestos no Egito eram pequenos e reprimidos pelo regime controlado por Mubarak, mas que já havia pequenos grupos dispersos espalhando ideias contra o regime. Claramente, o surgimento do Facebook no mundo árabe em 2009 ampliou esse processo, visto que em dezembro de 2010, o Egito já havia alcançado o número de quatro milhões de usuários, diversificando o conteúdo político online, de modo que muitos movimentos de jornalistas-cidadãos pudessem expor violações de direitos humanos, tortura e pobreza. Logo após os protestos em massa na Tunísia, houve algumas manifestações esparsas até que em 25 de janeiro de 2011 um protesto na Tahrir Square foi organizado através de uma rede de contatos e uma postagem intitulada "Somos todos Khaled Said", em titulação original "We are all Khaled Said", na página do Facebook, e após 18 dias de protestos, Mubarak anunciou sua renúncia em 11 de fevereiro de 2011.

Por fim, também é importante mencionar as discussões relacionadas ao ativismo digital, há considerações de que esteja vindo certo modismo com os fenômenos das redes sociais. Ao falar sobre os eventos da Primavera Árabe, os relatos da mídia se referem a muitos termos, como a "revolução do Twitter" ou a "revolução do Facebook". De fato, alguns autores, como Hounshell (2011), citam a "revolução do Twitter" ao mostrar como a ferramenta mudou a forma como o mundo ocidental vê o que está acontecendo no Oriente Médio e África Muçulmana. No caso da Primavera Árabe, o ativismo político organizado começou com os protestos que levaram a deposição de ditadores, como é o caso de Bem Ali na Tunísia e de Mubarak no Egito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar e abordar como foi o processo, em termos gerais, da ascensão do feminismo islâmico na Tunísia, traçando uma linha do tempo desde os precedentes históricos que levaram até a Revolução de Jasmim. Como consequência dessa análise, foi necessário contemplar como o despertar do

movimento feminista fez com que houvesse uma quebra de paradigmas na cultura tradicional árabe-islâmica do país em tela.

Dentre as considerações da análise bibliográfica sobre o tema, observa-se a importância do entendimento histórico de cada etapa de desenvolvimento político, econômico e, neste caso, principalmente o social. Tal entendimento ressalta que a vigília pelos direitos adquiridos foi constante e permanente na trajetória das mulheres tunisianas, haja vista que a instabilidade do contexto em que elas estavam inseridas sempre trouxe uma insegurança em relação às suas projeções quanto aos seus papéis na sociedade.

Ademais, revisitando o protagonismo das mulheres na Revolução de Jasmim e a relevância dos seus atos para a construção, desenvolvimento e enraizamento do feminismo islâmico na localização delimitada, foi possível compreender que existem diversos fatores que permeiam o tema, revelando o caráter multifacetado que basila a estrutura em que está alocada a Tunísia no contexto geral, como é o caso da contribuição do liberalismo e da mídia em fases particulares da “Primavera Árabe”.

Outrossim, interligando com o termo supracitado, foi possível notar que a própria conceituação da terminologia “Primavera Árabe” é rebatida na literatura que vislumbra o viés Ocidental, já que foi um termo cunhado por uma perspectiva macro e, de certa forma, pode deslegitimar e minimizar o potencial alcançado pelas consequências vislumbradas e adquiridas de tal manifestação.

Nos primeiros capítulos, foram analisadas as principais estruturas que contribuíram, de certa forma, para a consolidação do que foi logrado durante a Revolução de Jasmim, além de traçar as principais teorias que emprestaram suas conceituações para somar ao entendimento da disseminação do feminismo islâmico como ferramenta de mudança social no contexto regional e principalmente tunisiano.

Partindo deste arcabouço que permitiu uma panorâmica geral sobre os fatores que levaram o país e as mulheres que nele vivem à conjuntura de manifestações, inferiu-se que as utilizações das novas tecnologias na área de comunicação tiveram uma importância inestimável na propagação das informações, abrindo espaço para que a sociedade pudesse ter informações sobre o que acontecia em determinado período, além de propor uma reflexão sobre tais demandas e suas possíveis e futuras consequências.

Além disto, realocar o papel da mídia e demonstrar o potencial que a mesma tem para propagar temas que demonstram tamanha importância para determinadas áreas da sociedade - além de atingi-la de forma indireta como um todo -, é uma forma de pesquisar o seu alcance como ferramenta de mobilização social e estratégia de divulgação, como foi o caso deste presente estudo, que teve como uma das suas divisões a associação digital a fim de mobilizar e criar um movimento de reflexão - e em certo ponto até mesmo revolta -, sobre a situação em que estavam inseridas as mulheres na Tunísia.

Ainda nesta seara, foi analisada a forma como as mulheres estavam inseridas no período pré e pós-revolução, caminhando para com a história em detrimento de uma resposta consolidada da situação de desamparo e desigualdade em que viviam, trazendo ainda dados que evidenciaram tal cenário, comprovando que a falta de direitos consolidados e a “camuflagem” de diversas situações era utilizada como ferramenta de deslegitimação em virtude do gênero.

O estudo também pautou o uso do Feminismo de Estado como ferramenta política utilizada para manter a parcela social que vislumbra garantir ou conquistar os direitos adquiridos e almejados. Dessa forma, o Estado age como um “aliado”, comprometendo-se com as pautas e inserindo-se no cenário das mulheres. De forma geral, foram apresentados dados que alimentaram a análise traçada sobre o contexto da Revolução, onde foi possível demonstrar em métodos quantitativos o cenário do país na delimitação de tempo proposta.

O problema norteador deste Trabalho de Conclusão de Curso versa em questionar de que maneira as barreiras estatais tunisianas dificultaram na percepção das reivindicações femininas para que as mulheres tunisianas fossem ouvidas durante a Revolução de Jasmim. Assim, com o desenvolvimento do trabalho, foi possível conferir legitimidade à hipótese proposta no início desta pesquisa, ou seja, a hipótese de que houve falta de apoio estatal e também tentativas de silenciamento das mulheres tunisianas durante os protestos da Revolução de Jasmim por questões de gênero foi confirmada.

Em suma, o tema é multidisciplinar e complexo, o que o torna indiscutível a partir de apenas um viés ou posicionamento. Ademais, a capacidade de ser interligado a diversos contextos, cenários e fatos históricos faz com que a Revolução de Jasmim tenha suas raízes fundadas em diversas circunstâncias, cada qual com suas motivações e particularidades. Ultrapassando barreiras como a pouca

bibliografia e ainda a insuficiência de material em língua portuguesa, chega-se ao fim deste estudo com a certeza de que há um longo caminho para as mulheres tunisianas percorrem.

Desta forma, além de considerar que, de modo geral, a origem não tem uma perspectiva tão somente religiosa, o envolvimento da manifestação permeia também o caráter revolucionário e que buscou resguardo de direitos que estavam em risco por determinados grupos.

Assim, esse estudo teve como principal proposta analisar e demonstrar como se deu a mobilização do mundo e em que momento o protagonismo dessas mulheres foi realmente colocado no centro da questão deste debate, uma vez que estabelecer pesquisas sobre os cenários desses países e da participação das parcelas sociais mais afetadas socioeconomicamente é um dos principais propósitos para a construção de uma área de Relações Internacionais Contemporâneas consolidada e necessária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Z. G. **A Reforma da Igreja em Inglaterra: ação feminina, protestantismo e democratização política e dos sexos.** Coimbra: Ministério da Ciência e do Ensino Superior. 2003.

ABU-LUGHOD, L. Do Muslim women really need saving? Anthropological reflections on cultural relativism and its others. **American anthropologist**, v. 104, n. 3, p. 783-790, 2002.

ALEYA-SGHAIER, A. The Tunisian Revolution: The Revolution of Dignity. **The Journal of the Middle East and Africa**, v. 3, n. 1, 2012, p. 18-45.

AL-HIBRI, A. "The practice and purpose of Islamic feminism." **The Official Student Newspaper**, v. 96, n. 25, p. 1-5, Apr. 2002.

ALI, K; LEAMAN, O. **Islam: The Key Concepts: Islam: The Key Concepts.** Routledge, 2007.

ARIEFF, A. Political Transition in Tunisia. **Congressional Research Service**, 2011. Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/20110920_RS21666_babfced46c30b390db05a3735817ccb5098ed074.pdf Acesso em: 05. nov. 2021

AMARAL, J. S. **O sussurro e o grito em Mary Wollstonecraft.** Estudos em homenagem a Margarida Losa, p. 53. 2006. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4216.pdf> Acesso em: 05. set. 2021

ANTONAKIS, N. A. **Tunisia's legitimacy and constitutional crisis: the Troika has failed.** 2013.

ARAUJO, C. **A primavera árabe e as lembranças de 1848.** 2011. Disponível em: <http://estudoshumanos.com/wp-content/uploads/2011/05/1-28-30.pdf> Acesso em: 12. jan. 2021.

AZIM, S. A. **A Mulher no Islam: mito e realidade.** Ontario: Society of The Revival of Islamic Heritage, 2013.

BADRAN, M. **Feminism in Islam: secular and religious convergences.** London: Oxford Press, 2009.

BADRAN, M. **Où en est le féminisme islamique?** Critique internationale, Paris: França, n.46, p. 25-44, mar. 2010.

BALIAMOUNE, Mina. **The Making of Gender Equality in Tunisia and implications for the development.** 2011.

BARLAS, A. **O Corão, a Sharia e os direitos das mulheres.** 2009. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-nov-09/corao-sharia-direitos-mulheres-contradicoes>. Acesso em: 8 set. 2021

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**, volume 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**, volume 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERCITO, D. "**Países da Primavera Árabe têm piores direitos para mulheres, diz pesquisa**"; Folha de São Paulo. Disponível em: <https://norbertobobbio.wordpress.com/2013/11/15/paises-da-primavera-arabe-tem-piores-direitos-para-mulheres-diz-pesquisa/> Acesso em: 15. jul. 2021.

BEZERRA, J. "**Primavera Árabe**"; Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/primavera-arabe/> Acesso em: 31. Out. 2022.

BRANCOLI, F. Islã Político, Direitos Humanos e Democracia: rearticulações e possibilidades. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v.3, n.6, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3345> Acesso em: 15 ago. 2021

BESSIS, S. Le féminisme institutionnel en Tunisie. **Clio. Femmes, Genre, Histoire**, n. 9, 1999. Disponível em: <http://clio.revues.org/286#tocto2>. Acesso: 13. fev. 2022

CALFAT, N. N. "**Quem é a mulher árabe?**"; Instituto Cultura Árabe. Disponível em: <https://icarabe.org/mulher/quem-e-mulher-arabe>. Acesso em: 25. jul. 2022.

CAMARGO, G. **A marginalização do princípio da autodeterminação dos povos: o Estado Islâmico (2004-2014)**. 2016.

CHAISE, M. F. **Mudanças de regime no pós-Primavera Árabe?** Obstáculos a partir das polícias políticas no Egito, na Argélia e na Tunísia. 2017.

CHAMBERS, V; CUMMINGS, C. **Building Momentum Women's**. 1962. Acesso em: 14. jun. 2022.

CHARRAD, M. M. (1997). **Policy Shifts: Sate, Islam, and Gender in Tunisia, 1930s-1990s**. Social Politics, 4(2): 284-319.

CHERIF, N. **Tunisian women in politics: From constitution makers to electoral contenders**. 2014. Disponível em: http://fride.org/download/PB_189_Tunisian_women_in_politics.pdf Acessado em: 20. Jun. 2022.

CISNE, N. GURGEL, T. **Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para autonomia das mulheres**. 2008.

COLE, J; COLE, S. "**Uma Primavera Árabe para as mulheres**". Opera Mundi. Disponível em: <https://uol.com.br/opiniaio/17190/uma-primavera-arabe-para-as-mulheres>. Acesso em: 20. jun. 2022.

DANIELE, G. **Tunisian Women 's Activism after the January 14 Revolution: Looking within and towards the Other Side of the Mediterranean**. 2014.

Disponível em: <<http://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1750&context=jiws>> Acesso em: 20. jun. 2022.

DIETZ, M. G. **El concepto es lo que cuenta**. Feminismo y teorías de La ciudadanía. Debate Feminista (no especial). México. 2001

DIETZ, M.G. **Ciudadanía con cara feminista**. El problema con el pensamiento maternal. Debate Feminista, México, 10, pp.45-65, Setiembre 1994.

EL HAJJAMI, A. **A condição das mulheres no Islã**: a questão da igualdade. Cad. Pagu, Campinas, n. 30, p. 107-120, June 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332008000100009&lng=en&nrm=iso. 20. jun. 2022.

ELÍBIO JR., A. M; ALMEIDA, C. S. M; LIMA, C. M. **Edward Said e o Pós-colonialismo**. s/Ecu- lum – Revista de História, João Pessoa, n. 29, jul./dez. 2013

EL-KHAWAS, Mohamed A. Tunisia's Jasmine Revolution: causes and impact. Mediterranean Quarterly, v. 23, n. 4, 2012, p. 1-23.

EL-MASRI, S. **Tunisian Women at a Crossroads: Cooptation or Autonomy?** 2015. Disponível em: <http://www.mepc.org/tunisian-women-crossroads-cooptation-or-autonomy> Acesso em: 20. jun. 2021.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 1995.

FERABOLLI, S. **Entre a revolução e o consenso**: os rumos da Primavera Árabe. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p. 101-109, jan./jun. 2012 Disponível em: <http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/viewFile/146/142>. Acesso 20. jun. 2022.

FOX, J; SANDLER, S; SANDIER, S. **Bringing religion into international relations**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

FRANCO, C. Feminismo islâmico face ao feminismo secular: uma nova consciência de gênero de um oriente que rejeita a ocidentalização. **Último Andar**, n. 27, p. 84-92, 2016.

FREITAS, V. G. **De qual feminismo estamos falando?**: desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017

FRIEDMAN, T. **O mundo é plano**: Uma breve história do século XXI. Tradução de Cristiana Serra e S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GARCÍA, A. O. **El derecho de ser mujer y musulmana**: feminismo islâmico. 2010. Disponível em: <http://www.revistapueblos.org/old/spip.php?article2001> 20. jun. 2022.

GARCIA, C. C. Breve **História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GROSFUGUEL, R. 1492 and the Formation of Modernity. **Islamic Human Rights Comission**. Disponível em: <https://www.ihrc.org.uk/publications/briefings/11878-1492-and-the-formation-of-modernity/>. Acesso em: 16. abr. 2021

HAJJAMI, A. **A condição das mulheres no Islã: a questão da igualdade**. Cad.Pagu. 2008, n.30.

HALLIDAY, F. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, 2a Ed., 2007.

HARRAK, F. A. O. **Dossiê Gênero e Islã**. Apresentação. Cad. Pagu, Campinas, n.30, jun.2008.

HOUNSHELL, B. The revolution will be tweeted. **Foreign policy**, n. 187, p. 20, 2011.

HUDSON, V. M. **“Inclusivity of Laws Concerning Rape”**; Woman Stats Project.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. Gender-Sensitive Parliaments: A Global Review of Good Practice. 2011. Disponível em:<http://archive.ipu.org/pdf/publications/gsp11-e.pdf>Acesso em: 20. jun. 2022.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**. 2017. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>Acesso em: 1 ago. 2022.

JICA. 2015. **Country Report of Gender Profile (Tunisia) (English)**. 2015. Disponível em:[http://gwwweb.jica.go.jp/km/FSubject1501.nsf/3b8a2d403517ae4549256f2d002e1dcc/facbb3f561228faf49257afe0009dfa8/\\$FILE/ATTM6TNR.pdf/英語版2015.pdf](http://gwwweb.jica.go.jp/km/FSubject1501.nsf/3b8a2d403517ae4549256f2d002e1dcc/facbb3f561228faf49257afe0009dfa8/$FILE/ATTM6TNR.pdf/英語版2015.pdf) Acesso em 20. jun. 2022.

JOFFE, G. **A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro**. *Relações Internacionais* [online]. 2011, n.30, pp.85-116. ISSN 1645-9199

JOHNSON, T; SERGIE, M. A. Islam: governing under Sharia. **Council on Foreign Relations**, v. 25, 2014.

KIDD, G. **Tunisia and Democracy: A History**: Bobby Digital, 2017.

KROLØKKE, C. **Three waves of feminism: from suffragettes to grrls**. 2005.

LAMRABET, A. **La problemática de la mujer musulmana dentro del dialogo de culturas**. Universidade de Liverpool. 2010.

LARAMBET, A. **Le Coran et les femmes: une lecture de liberation**. 1ère édition. Lyon: Tawhid Édition, 2007.

LAURENTINO, L. G. S. **A questão de gênero na política tunisiana: o feminismo de estado e a participação política feminina no contexto da Primavera Árabe**. 2017.

LEITE, A. M. P. **Educação, gênero e sexualidade: entrelhares e problematizações**. In: LEITE, A. M. P.; ROSA, R. M. (Org.). Módulo 3: educação, escola e violências. Florianópolis: NUVIC-CED-UFSC, 2011. pt. 1, cap. 1.

LIMA, C. **Feminismo Islâmico**: uma proposta em construção. Fazendo Gênero 10– Desafios Atuais do Feminismo. Setembro 2013.

LIMA, C. **Um recente movimento político-religioso**: feminismo islâmico. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 675-686, Aug. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000200019&lng=en&nrm=iso Acesso em 20. Jun. 2022.

LIMA, C. **Women and Islamism**: the cases of Egypt and Turkey. Berlin: LapLambert, 2013.

LIMA, C. **Feminismo Islâmico**: mediações discursivas e limites práticos. Tese (Doutorado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

LIMA, M. F.; WIHBY, A.; FAVARO, N. A. L. G. **Liberalismo Clássico**: Origens históricas e fundamentos básicos. São Carlos: VIII Jornada do Histedbr, 2008.

LOCKE, J. **Segundo Tratado sobre o governo**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARQUES, T. C. N. **Que sejam felizes para sempre!** A mulher e seus direitos na sociedade conjugal. Um exame do Estatuto Civil da mulher casada de 1962. Disponível em <http://www.brnuede.com/bhds/bhd39/estatuto.pdf> Acesso em: 12. jan. 2022.

MCCLELLAN, C. W. L. B. What Went Wrong? Western Impact and Middle Eastern Response. **International Social Science Review**, v. 78, n. 1-2, p. 59-60, 2003.

MELO, A. S. **Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico**. In: MÉSZÁROS, István. Para além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição / István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: **Boitempo**, 2011.

MHADHBI, A. **State feminism in Tunisia**: reading between the lines. 2012. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/5050/amira-mhadhbi/state-feminism-in-tunisia-reading-between-lines>. Acesso em: 20. jun. 2022.

MIGUEL, L. M. S. et al. **Primavera Árabe**: o discurso orientalista no jornalismo brasileiro. 2015.

MIGUEL, L. F., **Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado**. Revista Estudos Feministas [online]. 2017, v. 25, n. 3, pp. 1219-1237. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1219>>. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1219>. Acesso em: 20. jun. 2022.

MILL, J. S. **A Sujeição das Mulheres**. Coimbra: Almedina. 2006. Da liberdade. São Paulo: IBRASA. 1963.

MIRANDA, A. R. **Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal a respeito dos direitos humanos.** Seminário internacional Fazendo Gênero 8.

MOGHISSI, H. **Feminism and Islamic fundamentalism: the limits of postmodern analysis.** London: Zed Books, 1999.

MONTE, I. X. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais.** Rev. Estud. Fem. [026X2013000100004. online]. 2013, vol.21, n.1, pp.59-80.

MOREL, M. **The Tunisian Revolution under the gender lens: 10 years later, the situation and perspectives for women.** 2021. Disponível em: <https://igg-geo.org/?p=3550&lang=en> Acesso em: 06 out. 2021.

NETO, R. B. **As jornadas de junho e a criminalização midiática dos movimentos sociais.** 2013.

NYE, A. **Teoria Feminista e as filosofias do homem.** Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.1995.

OHMAN, M. **Political finance and the equal participation of women in Tunisia: A situation analysis.**2016.

OMAR O., E. M. O. **Bioética Islâmica: aportes epistemológicos desde o pensamento decolonial e os feminismos islâmicos.** Dissertação (Pós-Graduação em Bioética). Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. Brasília, 2015

ONU MULHERES. **Documentos de referência.** 2017. Disponível em:<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia>. Acesso em: 20. jun. 2022.

PANZERI, J. L. **Primavera Árabe: A Vitória Possível.** Edição do autor. 2013. Edição do Kindle.

PASSOS, C. C. **A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com pensamento liberal.** 2010.

PAVLIK, J.V. **A tecnologia digital e o jornalismo: As implicações para a Democracia.** Brazilian Journalism Research, 2011, Vol.7(2), p. 94.

PECEQUILO, C. S. **Teoria das Relações Internacionais.** 1ª edição. Alta Books. São Paulo: 2016.

PENA, R. F. A. **"O mundo árabe e o direito das mulheres"; *Brasil Escola.*** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/o-mundo-arabe-direito-das-mulheres.htm>. Acesso em: 20. ago. 2022.

PETIT, C. M. **Dialética Feminista de La Ilustracion.** Barcelona: Anthropos, 1994.

PINHEIRO, A. L. L. et al. **Igualdade de gênero.** 2016.

PICKARD, D. Challenges to legitimate governance in post-revolution Tunisia. **The Journal of North African Studies**, v. 16 n. 4, 2011, p. 637-652.

REIS, A. G. C. **A Revolução de Jasmim: modernidade e secularismo na transição política da Tunísia**. Revista Cadernos Internacionais, v. 2019, n. 2, 2019.

ROCHE, A. **Tensões da Primavera do mundo árabe--sunita: entre o wahhabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 51, p. 47-56, jan./jun.2012

SAFO, C. C. M. L. **Feminismo islâmico e identidades: uma relação dialógica através do discurso corânico**. 2019. 127f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SAID, R. **“ONU denuncia venda de mulheres e meninas de minoria iraquiana como escravas”**; Reuters. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/onu-denuncia-venda-de-mulheres-e-meninas-de-minoria-iraquiana-como-escravas-25092014>. Acesso em: 20. jun. 2022.

SAMIR, M. Reflections on the Arab Uprisings. **International Development Policy | Revue internationale de politique de développement** n.7, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/poldev/2280>. Acesso em: 15 out. 2021

SANTOS, L. S.; ARAÚJO, R. B.: **A gênese do pensamento literal**. São Paulo, s/d.

SILVA, M. C. **As mulheres, os outros e as mulheres dos outros: feminismo, academia e Islão**. Cad. Pagu. Campinas, Jun 2008, no.30, p.137-159. ISSN 0104-8333.

SILVA, M. D. C. et al. **A Igualdade de Gênero na agenda política do Banco Mundial: pressupostos, objetivos, contradições e limites (1995–2012)**. 2018.

SILVA, M. L. **Os fundamentos do Liberalismo Clássico: A relação entre estado, direito e democracia**. Aurora, Marília, n. 9, p.121-147, dez. 2011. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/>>. Acesso em: 20. Jun. 2022.

SILVEIRA, M. C. **Implementação de mudanças técnico-organizacionais: uma abordagem política**. 2004.

SULLIVAN, Andrew. **Tunisia’s WikiLeaks Revolution**. Disponível em: <http://andrewsullivan.theatlantic.com/>. Acesso em: 13. Nov. 2022.

Talbi, M.; Clarke, J. I.; Murphy, E.; Brown, L. C.; Barbour, N.: "Tunisia". Encyclopedia Britannica, 7 Dec. 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Tunisia>. Acesso em: 1. Nov. 2022.

TICKNER, J. Ann (1997) **“You Just Don’t Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists,”** International Studies Quarterly 41(4): 611-632. Disponível: <<https://www.jstor.org/stable/2600855>>. Acesso em: 23. dez. 2021

TREACHER, A. Reading the Other Women, Feminism, and Islam. 2003. **Studies in gender and sexuality.**

TUFEKCI, Z. and WILSON, C. (2012), **Social Media and the Decision to Participate in Political Protest: Observations From Tahrir Square.** Journal of Communication, 62: 363–379. 14, 2011.

TUNISIA. Constitution. **Constitution of Tunisia.** Tunis, Tunisia: Constituent Assembly, jan. 2014

ULISSES, P. D. **Tunísia: Os desdobramentos da revolução de Jasmin e a luta por dias melhores.** 2021. Disponível em: <https://www.doisniveis.com/africa/norte-africano/tunisia-os-desdobramentos-da-revolucao-de-jasmim-e-a-luta-por-dias-melhores/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

UNPD. 2015 **Human Development Report.** 2015. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

UNPD. 2016 **Human Development Report.** 2016. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf. Acesso em: 17 set. 2022

VIEIRA, V. P. P. **O papel da comunicação digital na Primavera Árabe: apropriação e mobilização social.** 2013.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher.** Trad. de Motta, Ivania Pocinho. São Paulo: Boitempo, 2016.

GLOSSÁRIO

Laissez-faire - deixe estar (utilizado para identificar modelo de não-intervenção estatal)

Declaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne - Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã

Jihadismo - Atingir a fé sublime via práticas religiosas adotadas pelo Islamismo

Jihad - Todo aquele que atinge a fé sublime via práticas religiosas adotadas pelo Islamismo

Jihad Nafs - Equivale ao empenho de cada ser humano para se tornar um melhor religioso

Ummah - Conjunto de seguidores do Islã; comunidade muçulmana

Xaria - Conjunto de perspectivas legais do Corão, é formada por normas e leis que são utilizadas para que a jurisprudência e a filosofia dos países muçulmanos sejam sustentadas

Ahadith - Atos e palavras do Profeta

Fiqh - Jurisprudência Islâmica

Tafsir - Interpretação crítica do Alcorão